



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

FRANCISCO NAZARENO MATOS RIBEIRO

**EFICÁCIA DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DA ANÁLISE DA
INSERÇÃO LABORAL DE EGRESSOS**

FORTALEZA

2014

FRANCISCO NAZARENO MATOS RIBEIRO

EFICÁCIA DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DA ANÁLISE DA
INSERÇÃO LABORAL DE EGRESSOS

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre junto ao curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará. Área de concentração: Avaliação Educacional

Orientador: Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola.

FORTALEZA

2014

FRANCISCO NAZARENO MATOS RIBEIRO

EFICÁCIA DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DA ANÁLISE DA
INSERÇÃO LABORAL DE EGRESSOS

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre junto ao curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará. Área de concentração: Avaliação Educacional.

Aprovada em: 22/07/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Maxweel Veras Rodrigues
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alberto Sampaio Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Isaias Batista de Lima
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Manoel e Gláucia, pela maneira simples e ao mesmo tempo grandiosa, com que sempre dedicaram suas vidas à minha educação pessoal e profissional.

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização dos meus projetos de vida.

RESUMO

A educação superior vem ocupando nas últimas décadas, em nosso país, um espaço cada vez mais relevante dentro das políticas educacionais, notadamente no que concerne à qualidade do ensino ofertado, como também, à abertura de possibilidades para a inserção dos seus egressos no mercado de trabalho. Este fato evidencia-se, sobretudo, pela implementação de políticas de expansão, regulação e avaliação da educação superior através do Ministério da Educação. Esta pesquisa tem como objetivo principal verificar a eficácia da formação universitária através da análise da inserção laboral dos egressos do curso de Administração da Faculdade Cearense. E como objetivos específicos, traçar o perfil desses egressos, bem como suas opiniões a respeito do curso. O estudo faz inicialmente uma contextualização das políticas públicas voltadas para a Educação Superior no Brasil, além de uma abordagem sobre o Projeto Pedagógico do curso pesquisado. Foi aplicado um questionário semi-estruturado para a obtenção dos resultados e construção das análises. Os resultados mostram que houve uma inserção laboral dos egressos após a conclusão do curso. Revelam, também, que os egressos demonstram opiniões favoráveis sobre o curso.

Palavras-chave: Formação universitária. Inserção laboral. Egressos.

ABSTRACT

Higher education has occupied in recent decades in our country, an increasingly important space within the educational policies, especially regarding the quality of education offered, as well, opening possibilities for the integration of its graduates in the market job. This fact is evidenced mainly by implementing policies of expansion, regulation and evaluation of higher education through the Ministry of Education. This research aims to verify the effectiveness of university education by analyzing the employability of the students who graduated from the Administration course of the Faculdade Cearense. And the specific objectives, define the profile of these graduates, as well as their opinions about the course. The study initially makes a contextualization of public policies for higher education in Brazil, as well as a discussion of the pedagogical project of course researched. A semi-structured to obtain the results of the analysis and construction questionnaire was applied. The results show that there was a job placement of graduates after graduation. They also reveal that graduates demonstrate favorable opinions about the course.

Keywords: University education. Labor insertion. Graduates.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Universo e Amostra	36
Gráfico 2 – Gênero.....	39
Gráfico 3 – Estado Civil.....	40
Gráfico 4 – Tempo de conclusão do curso.....	41
Gráfico 5 – Tempo de permanência no curso por gênero em anos.....	41
Gráfico 6 – Influência do estado civil do gênero feminino no tempo de conclusão do curso	42
Gráfico 7 – Influência do estado civil do gênero feminino no tempo de conclusão do curso em percentuais.....	43
Gráfico 8 – Influência do estado civil do gênero masculino no tempo de conclusão do curso	44
Gráfico 9 – Influência do estado civil do gênero masculino no tempo de conclusão do curso em percentuais.....	44
Gráfico 10 – Situação profissional antes do curso.....	45
Gráfico 11 – Situação profissional durante o curso.....	45
Gráfico 12 – Situação profissional após o curso.....	46
Gráfico 13 – Estudantes desempregados	47
Gráfico 14 – Quantitativo de estudantes empregados por gênero.....	47
Gráfico 15 – Variação da renda antes do curso até situação atual.....	48
Gráfico 16 – Evolução da renda por gênero.....	49
Gráfico 17 – Percentual de elevação da renda média dos estudantes por gênero	49
Gráfico 18 – Migração de setores econômicos em função da graduação	50
Gráfico 19 – O curso é valorizado pelos empregadores?	51
Gráfico 20 – Há relação do curso com trabalho principal?	52
Gráfico 21 – Motivação para fazer o curso	52
Gráfico 22 – O curso lhe deu condições para obter o que queria?	53
Gráfico 23 – De que modo o curso está lhe ajudando no desempenho do seu trabalho?.....	54

Gráfico 24 – Avaliação do aluno sobre o curso	54
Gráfico 25 – Você recomendaria o curso aos seus amigos e familiares ?.....	55
Gráfico 26 – Preferência dos alunos por cursos de especialização.....	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	14
2.1	Políticas Públicas de Expansão e Democratização da Educação Superior no Brasil.....	14
2.1.1	<i>Novos ventos sopram em direção à Educação Superior.....</i>	15
2.1.2	<i>Educação à Distância como forma de democratização da educação superior.....</i>	17
2.1.3	<i>A Universidade Aberta do Brasil (UAB).....</i>	19
2.1.4	<i>O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).....</i>	20
2.2	Políticas Públicas de Avaliação da Educação Superior.....	21
2.2.1	<i>O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).....</i>	23
3	ESTUDO DE CASO: A INSERÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE CEARENSE.....	28
3.1	A Faculdade Cearense (FAC) e o Projeto Pedagógico do Curso de Administração.....	28
3.1.1	<i>O exercício da profissão de administrador e a concepção do curso.....</i>	29
3.1.2	<i>O perfil profissiográfico.....</i>	31
3.1.3	<i>A missão e a visão do curso de Administração da Faculdade Cearense.....</i>	31
3.1.4	<i>Os objetivos do curso de Administração da Faculdade Cearense.....</i>	32
3.1.5	<i>O Perfil do Egresso do Curso de Administração da Faculdade Cearense.....</i>	33
3.1.6	<i>Acompanhamento ao Egresso.....</i>	33
3.2	Método de pesquisa.....	34
3.2.1	<i>Natureza da pesquisa.....</i>	34
3.2.2	<i>Universo e amostra.....</i>	35
3.2.3	<i>Instrumento usado na investigação.....</i>	36
3.2.4	<i>Procedimentos para coleta de dados.....</i>	37
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	39

4.1	O perfil dos egressos.....	39
4.2	Opiniões dos egressos.....	51
5	CONCLUSÕES.....	57
	REFERÊNCIAS.....	63
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS EGRESSOS DA GRADUAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE CEARENSE.....	66

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o governo federal vem através do Ministério da Educação implantando ações e programas em parceria com os setores públicos e privados objetivando ampliar o acesso de estudantes à educação superior. Estas ações buscam não apenas a ampliação de vagas nas instituições de ensino superior e a mera formação acadêmica, mas também a promoção de um ensino significativo, pautado nos princípios da democracia e da igualdade de direitos no que diz respeito à qualificação para a inserção no mercado de trabalho.

Além de promover a formação acadêmica, a instituição de ensino superior deve ser um espaço onde o estudante possa construir sua identidade e sua autonomia, tornando-se um elemento qualificado para inserir-se no mundo do trabalho.

Teixeira e Gomes (2004, p. 48) destacam que:

Para muitos jovens adultos, o fim de um curso universitário significa a promessa de uma nova fase de vida, marcada pelo início do exercício da profissão escolhida. No entanto, um dos principais problemas com os quais os recém-formados se deparam é a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho de suas profissões.

A educação superior tem sido considerada como relevante para o estudante e para o contexto social em que ele está inserido, notadamente no que concerne a abertura de um leque de possibilidades para a inserção no mercado de trabalho.

Essa relevância tomou corpo, sobretudo a partir da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, que possibilitou ao governo federal, através do Ministério da Educação, redimensionar e democratizar o acesso ao ensino superior.

Essa democratização consolidou-se principalmente através da expansão do ensino superior privado, tornando acessível ao grande público a possibilidade, antes remota, de concluir um curso de graduação superior e sair da estagnação profissional imposta pela posse unicamente do diploma de ensino médio.

Ademais, tendo como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes o governo federal instituiu o Sistema

Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), através da Lei Nº 10.861, de 14 abril de 2004 (BRASIL, 2004).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) trabalha com a noção de ciclos. Dentro de um intervalo de três anos cada Instituição de Ensino Superior, com seus respectivos cursos, é avaliada. Essa Avaliação ocorre através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) que avalia o aluno, através da avaliação interna da própria instituição de ensino superior que avalia seus cursos e, através da avaliação externa que é feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (ROTHEN; BARREYRO, 2010).

O resultado dessas avaliações obedece a uma conceituação dentro de um intervalo de um a cinco pontos que fornece ao Ministério da Educação os elementos para atuar nas esferas da regulação e da supervisão (BRASIL, 2004).

A esfera da regulação está ligada à autorização, reconhecimento e renovação do credenciamento dos cursos de ensino superior. As Instituições de Ensino Superior Privadas também seguem esses mesmos parâmetros.

A esfera da supervisão está ligada à apuração de irregularidades provenientes de denúncias feitas pelos órgãos representativos dos professores, alunos ou servidores. O Ministério da Educação apura também as denúncias oriundas do Ministério Público Estadual ou Federal procurando solucioná-las. A partir dessas denúncias são desenvolvidas também supervisões especiais.

A regulação e supervisão da Educação Superior têm como bases legais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996; a Lei 10.861, do SINAES, de 14 abril de 2004; o Decreto nº 2026, de 10 de outubro de 1996, que estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior; o Decreto nº 3860, de 09 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições. E ainda a Portaria 1465, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições; a Portaria Normativa nº 4, de 5 de agosto de 2008, que regulamenta a aplicação do conceito preliminar de cursos superiores, para fins dos processos de renovação de reconhecimento respectivos, no âmbito do ciclo avaliativo do SINAES instaurado pela Portaria Normativa nº 1, de 2007. E, a Portaria Normativa nº 12, de 5 de setembro de 2008, que institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior (IGC).

Constata-se, portanto, que através das esferas da regulação e da supervisão o Ministério da Educação realiza o controle da qualidade dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior tanto públicas como privadas.

Entretanto, mesmo diante de todos esses mecanismos de controle governamental e da existência efetiva de políticas públicas voltadas para o acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes no ensino superior, existe a preocupação desses estudantes com sua inserção no mercado de trabalho, notadamente após a conclusão da graduação.

Percebeu-se, portanto, a necessidade de buscar uma resposta para a seguinte questão: A eficácia da formação universitária pode ser comprovada através da análise da inserção laboral dos egressos do ensino superior?

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral verificar a eficácia da formação universitária através da análise da inserção laboral dos egressos do curso de Administração da Faculdade Cearense que se graduaram em 2014.1. E como objetivos específicos, traçar o perfil desses egressos e identificar suas opiniões sobre o curso após a graduação.

Mas, antes da apresentação dos resultados e da análise dos dados coletados através de pesquisa de campo, faz-se necessária uma reflexão mais apurada sobre as questões ligadas às Políticas de Avaliação e Acompanhamento da Educação Superior no Brasil, à luz da legislação competente, de teóricos e pesquisadores da área.

Assim sendo, no segundo capítulo, será feita uma abordagem sobre as Políticas Públicas da Educação Superior no Brasil com o objetivo de se fazer uma breve contextualização histórica acerca das Políticas Públicas de Expansão e Democratização da Educação Superior no Brasil com um enfoque particular nas Políticas de Avaliação e Acompanhamento da Educação Superior em nosso país. É importante salientar que, de uma forma geral, estas políticas além de contribuírem para a ampliação do acesso de estudantes ao ensino superior consolidaram uma cultura de avaliação e regulação do ensino ofertado pelas instituições de ensino superior, alavancando as condições de possibilidade para uma qualificação dos seus egressos para o mercado de trabalho.

No terceiro capítulo, será apresentado o estudo de caso desenvolvido nesta pesquisa, a saber: a inserção laboral dos egressos do curso de Administração da Faculdade Cearense. Tendo como base o PPC (Plano Pedagógico do Curso de

Administração da Faculdade Cearense) serão abordados os seguintes aspectos: organização didático-pedagógica do curso de Administração identificando o mercado de trabalho e o potencial do curso, a concepção do curso, o perfil profissiográfico, a missão, visão e objetivos do curso, além do perfil do egresso com especial atenção para as habilidades e competências do administrador e para o acompanhamento aos egressos. Para a construção deste capítulo foi realizada uma pesquisa documental na instituição.

Neste capítulo, também será descrito o método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa, a natureza, o universo e a amostra, assim como o instrumento usado e os procedimentos de coleta de dados.

No quarto capítulo, serão apresentados os resultados dos dados coletados a partir da aplicação de um questionário semi-estruturado que, além de possibilitar um mapeamento do nível de inserção no mercado de trabalho, permitirá que seja traçado um perfil dos egressos, como também, que sejam identificadas suas opiniões a respeito do curso após a graduação.

No quinto capítulo, serão apresentadas as conclusões sobre os dados coletados onde serão enfatizados os aspectos relevantes da pesquisa.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

As discussões sobre as transformações vivenciadas pelo nosso país são muito ricas. Notadamente no que diz respeito aos aspectos ligados ao acesso e à equidade da educação superior que não podem ser analisados à distância das nuances vivenciadas pela sociedade contemporânea, sobretudo nos países emergentes.

Daí a relevância de investigarmos e compreendermos a especificidade do processo de acesso à universidade a partir das ações e programas de intervenções oriundas de Políticas Públicas.

2.1 Políticas públicas de expansão e democratização da Educação Superior no Brasil

Matéria publicada no site da Universo on Line (Uol) em 21 de abril de 2011, intitulada *Pesquisa sobre população com diploma universitário deixa o Brasil em último lugar*, chama a atenção para dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – divulgados com os créditos da Empresa Brasileira de Notícias (Agência Brasil) – que colocam o Brasil em último lugar, num grupo de 36 países, ao avaliar o percentual de portadores do diploma do ensino superior na faixa etária de 25 a 64 anos. De acordo com esta organização, em 2008, o país possuía apenas 11% dos brasileiros na faixa etária dos 25 aos 64 anos com diploma universitário. Enquanto isso, nesta mesma faixa etária, o Chile possuía 24% e a Rússia 54%. Entre os países da OCDE a média é de 28%. Vale ressaltar que o acesso aos níveis mais elevados da educação deve estar amparado em valores sociais e políticos mais amplos comprometidos com o processo de democratização e justiça social em oposição a critérios estritamente econômicos (EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO, 2011).

Sobre este assunto Polidori *et al.* (2011) ressalta que a partir de uma breve análise do panorama socioeconômico nacional constata-se que o Brasil vem sofrendo fortes influências internacionais para a definição de diretrizes políticas, administrativas e financeiras destinadas à educação.

Nos anos 90, sob a influência do Banco Mundial, tornou-se visível a necessidade – expressa nos documentos oficiais – de racionalizar a eficiência do

sistema educacional. Foram introduzidos, no caso da Educação Superior, conceitos como avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização e privatização. Assim, a denominada modernização administrativa passou a assumir os princípios ideológicos neoliberais marcados por uma visão do efficientismo e do produtivismo oriunda dos anos 60 (POLIDORI *et al.*, 2011).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o ministro da Educação Paulo Renato de Souza apresentou, em 1996, os três pilares de sua política de reforma universitária. O primeiro pilar consistia na implantação da Avaliação Institucional e do Exame Nacional de Cursos (o Provão); o segundo, na Autonomia Universitária; e, o terceiro na Melhoria do Ensino através do Programa de Gratificação e estímulo à Docência (GED) (POLIDORI, 2009).

Estas medidas pautadas num projeto neoliberal consolidavam a intenção de privatização da universidade pública brasileira, bem como desincompatibilizava o Estado de seu compromisso de financiá-la. Foi introduzida a ideia de que todos devem pagar pelo que recebem. E o estudante trabalhador buscou sua formação nas Instituições de Ensino Superior Privadas.

Rothen e Barreyro (2010) ressaltam que ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) dois dados importantes assinalaram o redirecionamento da política educacional brasileira. O primeiro foi a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei 9.394/96) e o projeto de autonomia apresentado em 1995 pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE) responsável pelo Plano Diretor da Reforma do Estado. Esse plano explicita a característica principal do Estado neoliberal como guardião dos interesses públicos e o mercado, por sua vez, assume a função de regular e redistribuir a riqueza.

2.1.1 Novos ventos sopram em direção à Educação Superior

No governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) a expansão das políticas públicas voltadas para a Educação Superior tornaram-se mais incisivas e passaram a ocupar um espaço maior na mídia oficial.

Para incrementar o processo de democratização foram lançados vários programas e ações em conjunto com o Plano de Desenvolvimento da Educação

(PDE) em 2007. O governo Lula adota uma postura diferenciada em relação à sociedade civil e à comunidade acadêmica através do recebimento de sugestões.

Contrariando as orientações do Banco Mundial e a política de gestão do governo FHC – que via a Educação Superior como um serviço a ser explorado pelo mercado – o governo Lula ratificou este segmento como um bem público mantendo a gratuidade nos estabelecimentos federais. Entretanto, manteve os parâmetros regulatórios do Estado que busca medir os conhecimentos dos alunos em diferentes etapas dos seus respectivos cursos através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) (POLIDORI *et al.*, 2011).

O ENADE é parte integrante do modelo de avaliação instaurado pelo SINAES. Instituído pela Lei 10.861/2004, o SINAES tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos seus estudantes (BRASIL, 2004).

Os três grandes pilares do SINAES são: 1º A Avaliação Institucional; 2º A Auto-Avaliação das Instituições e de seus Cursos; e, 3º A Avaliação Externa por parte do governo (BRASIL, 2004).

Um dos pontos fortes do SINAES é o respeito às dificuldades e diferenças de cada Instituição de Ensino Superior buscando reconhecer a diversidade do sistema de educação superior no país.

Não se pode deixar de citar, ainda sob a perspectiva da democratização do acesso à Educação Superior, a criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Criado em 1999, ainda no governo FHC – e para substituir o sistema de crédito educativo – o FIES tem como objetivo financiar prioritariamente a graduação do ensino superior de estudantes que não têm condições de custear sua formação. Estes estudantes devem estar devidamente cadastrados e serem aprovados pelos critérios do Programa (BRASIL, 2001).

O Programa Universidade para Todos (ProUni) merece atenção especial nesse processo de democratização do acesso ao ensino superior. Foi criado pela Medida Provisória n. 213, de 10 de setembro de 2004, e finalmente transformado em lei - Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005b).

Este programa tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo parciais e integrais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, para os brasileiros não portadores de diploma de ensino superior. Em contrapartida, o governo federal oferece isenções

fiscais às Instituições de Ensino Superior Privadas que aderirem ao Programa (BRASIL, 2005b).

É voltado aos alunos que cursaram o ensino médio na rede pública ou particular de ensino na condição de bolsistas integrais, com renda familiar de até três salários mínimos por pessoa. O estudante pode concorrer a bolsas de 100% ou 50%, de acordo com sua renda familiar.

Entretanto, de acordo com o Ministério da Educação, somente poderá se candidatar ao processo seletivo do ProUni o estudante que tiver participado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano anterior e obtido o mínimo de 400 pontos na média das cinco notas obtidas nas provas do exame. É necessário ainda que a nota da prova de Redação tenha sido superior a zero. As bolsas são distribuídas conforme as notas dos estudantes no ENEM.

O ProUni mantém também uma política de cotas para alunos que se declararem afrodescendentes, indígenas ou portadores de necessidades especiais:

Art. 7º O candidato portador de deficiência ou que se autodeclarar indígena, pardo, ou preto poderá optar por concorrer às bolsas destinadas à implementação de políticas afirmativas, ofertadas conforme o inciso II do art. 7º da Lei nº 11.096/2005. Portaria normativa nº 12, de 27 de junho de 2012. (BRASIL, 2005b, p. 2).

Dentro das políticas afirmativas do Ministério da Educação o Prouni ajuda a modificar a realidade do ensino superior no Brasil ampliando o percentual de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos que tem condições de acesso à educação superior.

2.1.2 Educação à Distância como forma de democratização da educação superior

A Educação à Distância tem sua origem histórica no século XIX. Entretanto, somente passou a fazer parte das atenções pedagógicas a partir das últimas décadas do século XX.

Surgiu concomitantemente com a demanda de inclusão social, profissional e cultural das populações que por razões diversas não tinham acesso ao ensino profissionalizante e, como consequência, ao mercado de trabalho. Sua

evolução se deu a partir das novas tecnologias disponíveis em cada momento histórico dentro da sociedade e no ambiente educacional.

Devido ao seu baixo custo e à evolução acelerada da tecnologia, o ensino à distância tem permitido que o ensino chegue aos lugares mais distantes, alcançando pessoas que, de outra forma, dificilmente teriam acesso à educação. Sabemos que a inclusão social, neste século, só é possível através da educação. Hoje em dia, sem salário ou renda é impossível viver autonomamente. E, a renda, cada vez mais, somente é obtida, hoje, se o indivíduo preencher uma série de requisitos exigidos pelo mercado, entre os quais o conhecimento. (ANDRADE *et al.* 2012, p. 2).

Santos (2006, p. 4) destaca que as vantagens da modalidade, são, resumidamente, as seguintes:

- a) Massificação espacial e temporal.
- b) Custo reduzido por estudante.
- c) População escolar mais diversificada.
- d) Individualização da aprendizagem.
- e) Quantidade sem diminuição da qualidade.
- f) Autonomia no estudo.

É importante ressaltar que na EaD o processo ensino-aprendizagem está focado no aluno que determina o ritmo de sua aprendizagem a partir de suas necessidades pessoais. Assim, a formação do aluno ocorre não apenas pelo domínio de conteúdo, mas também através do desenvolvimento de sua autonomia como estudante.

Nesse processo, o professor exerce o papel de mediador. Como tutor ou orientador da aprendizagem o professor transforma a relação comunicação aprendizagem numa rede multidimensional. Adotando uma dinâmica pedagógica diferenciada, e sem desvincular-se do sistema educacional, o professor necessita dominar novos recursos tecnológicos tais como: correio eletrônico, chats, teleconferências, blogues, dentre outros.

Assim, a EaD como um instrumento de aprendizagem que se concretiza através de múltiplas vias constitui-se numa modalidade alternativa de ensino-aprendizagem de superação não somente dos limites espaço e tempo como também alargando as possibilidades de acesso ao conhecimento das classes menos favorecidas e afastadas dos grandes centros urbanos.

Seu referencial teórico está fundamentado nos grandes pilares para a educação do século XXI estabelecidos pela UNESCO: aprender a conhecer, aprender a viver, aprender a fazer e aprender a ser (SILVA, 2008).

No Brasil, as experiências de EaD tiveram início em 1939 com a fundação do Instituto Rádio Técnico Monitor, Instituto Universal Brasileiro (1941) e Instituto Padre Reus (1974) (COSTA E FARIA, 2008, p. 3)

Na educação superior a difusão do EaD ocorreu somente a partir da década de 1990. Em 1992, foi criada a Universidade Aberta de Brasília, através da lei 403/92, constituindo-se numa das ações das políticas públicas voltadas para a expansão e democratização do acesso ao ensino superior (COSTA E FARIA, 2008).

A expansão da internet no meio universitário a partir de 1994, a criação de uma fundamentação legal para a EaD através da LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), regulamentada pelo Decreto 5.622/2005 (BRASIL, 2005a), consolidaram esta modalidade de ensino superior no país.

2.1.3 A Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Outra forma de democratização do acesso e permanência na educação superior é a Universidade Aberta do Brasil (UAB) criada pelo Decreto Lei 5.800 de 8 de junho de 2006 (BRASIL, 2006, p. 1):

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

- I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- IV - ampliar o acesso à educação superior pública;
- V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e
- VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

A UAB é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de formação superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância. Está voltada para o atendimento do público em geral, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes,

gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

De acordo com Santos (2011, p. 2):

O sistema UAB é constituído por parcerias entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), com participação de universidades públicas e demais organizações interessadas. É inegável que o sistema de educação brasileiro vivencia agora um momento histórico tanto para o ensino superior como para o ensino a distância, no qual, novas possibilidades de acesso à educação pública estão sendo delineadas.

Além de contribuir para a difusão da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, a UAB incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Funciona ainda como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, reduzindo a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e inibindo o fluxo migratório da população jovem para as grandes cidades.

É importante salientar ainda com Santos (2011, p. 2) que:

A UAB não é uma Universidade física, mas sim um consórcio de instituições públicas de ensino superior. Na realidade, a UAB não é uma nova instituição educacional, pois não tem sede ou endereço. O nome faz referência a uma rede nacional experimental voltada para a pesquisa e para a educação superior (compreendendo formação inicial e continuada), formada pelo conjunto de IES públicas em articulação e integração com o conjunto de pólos municipais de apoio presencial.

2.1.4 O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)

Outra política que tem como principal objetivo ampliar o acesso e contribuir para a permanência na educação superior é o REUNI (O Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais).

Instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, o REUNI é uma das ações que integram o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) (BRASIL, 2007, p. 1):

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação

superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

Através do REUNI o governo criou as condições de possibilidade para que as Universidades Federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica garantindo a melhoria da oferta da educação superior pública. As ações do REUNI contemplam o aumento de vagas nos cursos noturnos, a ampliação de cursos noturnos, a promoção de ações de inovação pedagógica e o combate à evasão.

Com o REUNI a Rede Federal de Educação Superior foi capaz de interiorizar os Campi das Universidades Federais possibilitando o acesso de estudantes residentes em áreas não cobertas pela iniciativa privada. Com o aumento da oferta de novas vagas, as Universidades Federais passaram a receber um contingente significativo de estudantes oriundos de escolas públicas e em condições socioeconômicas desfavoráveis.

2.2 Políticas Públicas de Avaliação da Educação Superior

A preocupação com a Avaliação da Educação Superior vem se intensificando desde o final da década de 1970. Esse processo resultou das mudanças de caráter social, político, econômico e ideológico ocorridas na ordem internacional levando os Estados nacionais e seus respectivos governos a repensarem o papel da educação superior na contemporaneidade, bem como sua relação com o mercado, o mundo do trabalho e as organizações (MENEGHEL; ROBL; SILVA, 2006).

Na década de 1980, a elevação das demandas sociais, a consolidação do setor privado como principal veículo de empregabilidade, as exigências por parte da sociedade de igualdade de oportunidades, além do próprio interesse dos Estados em disseminar o ensino de massa em substituição ao ensino de elite, levaram países como Estados Unidos, Inglaterra, França e Holanda a formularem propostas

para a avaliação da educação superior buscando superar a concepção tradicional (LEITE, 2005; MENEGHEL; ROBL; SILVA, 2006).

Ainda de acordo com Meneghel, Robl e Silva (2006, p. 91):

A implantação de processos avaliativos, portanto, cunhava novas relações entre Universidade, Estado e Sociedade, em que se questionava o quanto a avaliação se dedicava apenas a estabelecer e supervisionar condições consideradas mínimas para o funcionamento das IES, sem permitir identificar, na análise das atividades acadêmicas, elementos para a superação de deficiências, conferindo ao processo avaliativo caráter construtivo e pedagógico.

Em substituição ao modelo de Estado Controlador, fundado na lógica da classificação e da regulação, é proposto o modelo de Estado Avaliador baseado na lógica da avaliação formativa ou emancipatória.

No Brasil, as discussões acerca da avaliação da educação superior tomaram corpo também a partir dos anos 80, adotando como fio condutor a crítica ao modelo de educação superior instaurado com a reforma universitária de 1968. Mas, é por iniciativa do próprio Estado que surgem as primeiras ações voltadas para a organização de um processo avaliativo. Em 1983, é criado o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU); a Comissão Nacional para a Reformulação do Ensino Superior, em 1985; e, o Grupo Executivo de Reformulação do Ensino Superior (GERES), em 1986 (ROTHEN; BARREYRO, 2010).

Em 1993, foi implantado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Conforme ressaltam Meneghel, Robl e Silva (2006), embora tendo a chancela do governo federal, o PAIUB teve suas origens em bases universitárias e possibilitou a abertura para o exercício de práticas avaliativas formativas e emancipatórias nas Instituições de Ensino Superior. Tinha como propósito principal avaliar as IES em três momentos distintos, mas intrínsecos, a saber: avaliação interna, avaliação externa e reavaliação.

Rothen e Barreyro (2010) ressaltam que mesmo antes da sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram implementadas reformas na educação superior tais como a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) em substituição ao Conselho Federal de Educação, em 1995; e a instituição do Exame Nacional de Cursos (Provão), em 1996. O Provão constituiu-se no marco inicial de uma política efetiva de avaliação da educação superior com abrangência nacional.

Polidori (2009) assinala que, tendo vigorado de 1996 a 2003, e apesar das críticas, o Provão consolidou-se como um forte indicador para atestar a eficácia dos cursos e das Instituições de Ensino Superior. Cada IES recebia um conceito num intervalo entre “A” a “E”. Os concluintes dos cursos eram obrigados a fazer o exame, tendo em vista que essa era a condição *sinequa non* para que recebessem o diploma.

Participaram da primeira edição do Provão os cursos de Administração, Direito e Engenharia Civil. A cada ano eram adicionados novos cursos. Em 2003, atingiu 26 áreas de conhecimento. Recebeu severas críticas por classificar as IES apenas pelos resultados do desempenho dos estudantes nas provas de conhecimento e pela apresentação desses resultados através de um “ranking”. Após estudos feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) constatou-se que os conceitos atribuídos aos cursos não eram verdadeiros, pois eram publicados de forma relativa (POLIDORI; MARINHO-ARAÚJO; BARREYRO, 2006).

Como complemento ao mecanismo do Provão, o governo instituiu outro mecanismo intitulado Avaliação das Condições de Oferta (ACO), posteriormente substituído pela Avaliação das Condições de Ensino (ACE), com o objetivo de avaliar as Instituições de Ensino Superior. No caso das IES privadas, esse mecanismo de avaliação seria utilizado para fins de credenciamento e credenciamento (POLIDORI; MARINHO-ARAÚJO; BARREYRO, 2006).

Rothen e Barreyro (2010, p. 169) destacam três momentos nas políticas de avaliação da educação superior no período pós-LDB:

- 1) de 1996 a 2002, a implantação do Exame Nacional de Cursos como mecanismos de regulação da educação superior;
- 2) de 2003 a 2007, a elaboração e a implantação do SINAES, período caracterizado pelo embate entre a visão baseada na avaliação formativa e na participação, e a visão regulatória da avaliação;
- 3) de 2008 a 2010, a retomada e a consolidação da avaliação como regulação da educação superior com a criação de índices.

2.2.1 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi criado a partir da Comissão Especial de Avaliação do Ensino Superior (CEA). Esta comissão é composta por representantes do Ministério da Educação, da União

Nacional dos Estudantes (UNE) e das Instituições de Ensino Superior. A proposta de sistematização da avaliação da educação superior elaborada por esta comissão transformou-se na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, p. 10).

Objetivando a melhoria da qualidade do ensino superior no país os resultados da avaliação devem fornecer subsídios para os processos de regulação e supervisão da educação superior no país que compreendem as seguintes ações: autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação, credenciamento e credenciamento das Instituições de Ensino Superior.

O SINAES está fundamentado em três grandes pilares. O primeiro é constituído pela Avaliação Institucional. O segundo pela Avaliação de Cursos. E o terceiro pela Avaliação do Desempenho dos Estudantes. Cada uma obedece a uma escala conceitual que varia de 1 a 5.

O primeiro e o segundo pilar são atendidos através da realização da avaliação externa *in loco* e complementado pelas autoavaliações internas da IES. A avaliação externa da IES é realizada por comissões especializadas a critério do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP). As autoavaliações internas são realizadas pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA) de cada IES.

O terceiro pilar é atendido pela realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O projeto consiste numa avaliação em larga escala que tem como objetivo principal verificar os conhecimentos dos estudantes da educação superior notadamente no que concerne aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas. Além de questões que abrangem

conhecimentos gerais e específicos para cada curso, o ENADE é complementado por um questionário socioeconômico.

Em 2008, foram criados dois novos indicadores para avaliação da educação superior: o Conceito Preliminar de Cursos (CPC), criado pela Portaria Normativa nº 4 de 5 de Agosto de 2008; e o IGC (Índice Geral de Cursos), criado pela Portaria nº 12 de 5 de setembro de 2008.

O CPC é constituído por três elementos: os insumos (infraestrutura e instalações físicas, recursos didático-pedagógicos, corpo docente e regime de trabalho) que correspondem a 30% da nota final; o ENADE, que corresponde a 40% da nota final; e o Indicador de Diferença de Desempenho (IDD) correspondendo a 30% da nota final. Segundo Polidori (2009, p. 446), o IDD é calculado pela “[...] diferença entre o desempenho médio do concluinte de um curso e o desempenho médio estimado para os concluintes desse mesmo curso e representa quanto cada curso se destaca da média.” A nota final varia numa escala de um a cinco, atendendo aos critérios de intervalo descrito pelo MEC, conforme o quadro 1. Os cursos que obtiverem conceito um e dois receberão, obrigatoriamente, a visita da comissão de avaliação do MEC. Nos cursos com conceito três e quatro, a avaliação é opcional e para os cursos com conceito cinco as Portarias de renovação e reconhecimento serão geradas automaticamente pela Secretaria de Educação Superior (SESu) ou Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Quadro 1 – Critérios do intervalo para a nota em um único algarismo

CPC – Intervalo			CPC – Faixa
0,00	A	0,94	1
0,95	A	1,94	2
1,95	A	2,94	3
2,95	A	3,94	4
3,95	A	5,00	5

Fonte: Manual dos Indicadores de Qualidade (BRASIL, 2011).

O IGC consolida as informações relativas aos cursos superiores constantes nos cadastros do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

De acordo com o Ministério da Educação:

O instrumento é construído com base numa média ponderada das notas dos cursos de graduação e pós-graduação de cada instituição. Assim, sintetiza num único indicador a qualidade de todos os cursos de graduação, mestrado e doutorado da mesma instituição de ensino. O IGC é divulgado anualmente pelo Inep/MEC, imediatamente após a divulgação dos resultados do ENADE. (BRASIL, 2012, p. 1).

Fazendo uma reflexão mais elaborada sobre as implicações da criação do CPC e do IGC, podemos concluir com Polidori (2009, p. 448) que:

Esses indicadores, CPC e IGC, buscam concentrar, num *único* momento, informações de um *único* "pilar" do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o ENADE, as informações sobre os cursos e a IES, classificando-os e tendo como resultado um ranqueamento.

Através do crescente aumento de instituições de ensino superior privadas em nosso país, observa-se que o governo brasileiro vem se preocupando não somente com a qualidade do ensino que está sendo ministrado como também com a infraestrutura e a estrutura didático-pedagógica oferecida a esses alunos ao longo de sua formação acadêmica.

As instituições de ensino superior devem apresentar, para as autoridades competentes, capacidade suficiente para o atendimento da boa qualidade da educação. Esse fator contribui para uma competição entre as instituições de ensino superior privadas, gerando assim um *ranking*. Esse *ranking* é alimentado por indicadores, criados pelo Ministério da Educação, através dos quais as IES privadas se utilizam para o aumento de seu *marketing*, como forma de atrair um público carente de uma graduação na educação superior.

De acordo com Müller (2011, p. 15) pode-se verificar que:

Nesse contexto, é necessário que sejam relacionados os indicadores de desempenho da qualidade para a formação da base de dados, que servirão como fontes de informações necessárias para a implementação do projeto institucional da qualidade. Esses indicadores, logicamente, constituirão a base do sistema de avaliação institucional da qualidade, em conjunto com outros indicadores desenvolvidos no âmbito da instituição de ensino superior, considerando aspectos regionais e de características institucionais.

Isto posto, torna-se eminente a necessidade de que as instituições de ensino superior privadas desenvolvam um planejamento pedagógico objetivando aprimorar a qualidade do ensino ofertado, atingindo melhores resultados nos

indicadores de qualidade da educação superior no Brasil, e, como consequência, garantindo a inserção dos seus egressos no mercado de trabalho.

3 ESTUDO DE CASO: A INSERÇÃO DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE CEARENSE

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de um estudo de caso específico, a saber: a inserção laboral dos egressos do curso de Administração da Faculdade Cearense que concluíram a graduação em 2014.1.

De acordo com Cervo e Barvian (1996) o estudo de caso consiste numa pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que se busca examinar os aspectos variados de suas vidas. Vergara (2009) reforça, ainda, que o estudo de caso está circunscrito a uma ou poucas unidades tais como: pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou país, assumindo um caráter de profundidade e detalhamento.

Porém, Lakatos e Marconi (2008, p. 274), ressaltam que:

O Estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos. Entretanto, é limitado, pois se restringe ao caso que estuda, ou seja, um único caso, não podendo ser generalizado.

Assim, não existe nenhuma intenção de que o estudo de caso apresentado nesta pesquisa busque fazer qualquer tipo de generalização. Procura-se unicamente traçar uma visão global sobre o problema sem qualquer pretensão de esgotar o assunto ou considerar as análises e conclusões sobre os resultados da pesquisa como regra necessária e universalmente válida.

3.1 A Faculdade Cearense (FAC) e o Projeto Pedagógico do Curso de Administração

Fundada através da Portaria 2.186, de 22 de julho de 2006, a Faculdade Cearense adota como objetivo principal a contribuição para a formação e qualificação de recursos humanos na cidade de Fortaleza.

Realizou seu primeiro vestibular para o curso de Direito no ano de 2004. E, logo no ano seguinte, ofertou outros cursos: Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, Turismo e Pedagogia.

Iniciou suas atividades de extensão em 2006 e, em 2008, obteve autorização para ofertar o curso de Serviço Social.

A Instituição de Ensino Superior obteve o conceito 4 (quatro) no IGC/MEC no semestre 2009.2. No semestre de 2010.2, os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, e Turismo receberam as comissões de visitas do Ministério da Educação, *in loco*, tendo os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Direito obtido o conceito máximo, 5 (cinco), e Jornalismo, Publicidade e Turismo, conceito 4 (quatro).

O curso de Administração foi reconhecido pelo Ministério da Educação, com Conceito 4, pela Portaria 220 de 1º de novembro de 2012.

Em 2014, A Faculdade Cearense obteve autorização do Ministério da Educação para ofertar o curso de Graduação Tecnológica em Logística.

Atualmente, a Faculdade Cearense oferta também os seguintes cursos de pós-graduação: Planejamento Tributário; Gestão de Talentos Humanos; Logística; Assessoria de Comunicação; e Auditoria e Controladoria.

3.1.1 O exercício da profissão de administrador e a concepção do curso

De acordo com a Dimensão II do Projeto Pedagógico do Curso de Administração da Faculdade Cearense – intitulada Organização Didático-Pedagógica – a profissão de Administrador contratado (aquele que não é o dono do negócio) foi regulamentada no dia 9 de setembro de 1965 pela Lei nº 4.769/65 (BRASIL, 1965) e pelo Decreto 61.934/67 de 22 de setembro de 1967 (BRASIL, 1967).

Em concordância com esta legislação, o PPC do curso de Administração da Faculdade Cearense destaca que a profissão de administrador será exercida como profissão liberal ou não, mediante:

- a) elaboração de pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens e laudos, em que se exija a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de organização;
- b) pesquisas, estudos, análises, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos de administração geral, como administração e seleção de pessoal, organização, análise, métodos e programas de trabalho, orçamento, administração de material e financeira, administração mercadológica, administração de produção, relações

industriais, bem como outros campos em que estes se desdobrem ou com os quais sejam conexos;

c) exercício de funções e cargos de Administrador do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal, Autárquico, Sociedades de Economia Mista, empresas estatais, paraestatais e privadas, em que fique expresso e declarado o título do cargo abrangido;

d) o exercício de funções de chefia ou direção, intermediária ou superior, assessoramento e consultoria em órgãos, ou seus departamentos, da Administração pública ou de entidades privadas, cujas atribuições envolvam principalmente, a aplicação de conhecimentos inerentes às técnicas de administração;

e) magistério em matérias técnicas do campo da administração e organização. (FACULDADE CEARENSE, 2009, p. 23).

O administrador poderá exercer sua profissão na atividade agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços - em empresas de micro, pequeno e médio porte – nas diferentes áreas laborais: administração financeira; administração de material; administração mercadológica e de vendas; administração de produção; relações industriais; administração e seleção de pessoal; orçamento; organização e métodos; programas de trabalho e campos conexos como consórcio, comércio exterior, cooperativas, hospitais, condomínios, imóveis, processamento de dados, rural, hotelaria, factoring e turismo.

Considerando alta competitividade do mercado na atualidade, que exige do profissional de administração o exercício da sua profissão para além da mera execução de tarefas previamente estabelecidas, o PPC do curso de Administração da Faculdade Cearense destaca:

Assim pode-se mencionar que embora algumas das funções desse novo profissional sejam definir e modelar processos, monitorar indicadores, implementar ações preventivas e corretivas, motivar e manter a equipe, ele terá, ainda, a tarefa de integrar as diversas áreas da empresa utilizando times multidisciplinares organizados em torno de finalidades específicas, objetivando não apenas o aumento dos índices de produtividade organizacional, mas levando em conta os impactos das atividades da empresa na sociedade em que se encontra inserida. (FACULDADE CEARENSE, 2009, p. 27).

Adotando como base uma visão sistêmica, prevê o alinhamento do trabalho do administrador com o planejamento estratégico, os valores da empresa e a compreensão da importância do trabalho em equipe para a execução dos processos. Evidencia a necessidade de uma concepção de gestão de pessoas tendo como referência as competências e habilidades, além do domínio de tecnologias como suporte à resolução de problemas complexos de gestão.

Sobre a concepção do curso de Administração da Faculdade Cearense o PPC reforça que:

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração da Faculdade Cearense foi concebido com o objetivo de oportunizar uma nova abordagem ao ensino da gestão de empresas contemporâneas, a partir da utilização de metodologias de ensino que flexibilizem as oportunidades de aprendizado e que permitam ao acadêmico a apreensão de uma visão sistêmica, por meio da experimentação da realidade através de sua simulação e da vivência profissional propiciada por aulas práticas e por estágios curriculares e extracurriculares. (FACULDADE CEARENSE, 2009, p. 27).

3.1.2 O perfil profissiográfico

Adotando como pressuposto básico a prática de uma nova abordagem para o ensino da gestão empresarial o Projeto Pedagógico do Curso de Administração estabelece um perfil desejado para o profissional formado no seu quadro acadêmico:

1. Difundir e aplicar novas tecnologias administrativas;
2. Desenvolver a capacidade de identificar problemas que afetam o desenvolvimento da comunidade e, de forma coletiva, propor sugestões para solucioná-las;
3. Ter compromisso com a ética de atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade;
4. Estimular a cooperação, o espírito de equipe e a liderança;
5. Fazer todo o planejamento de uma produção para levantar dados sobre a viabilidade dos negócios e do produto escolhido.
6. Ter capacidade para articular a Administração com outras áreas importantes para o desenvolvimento pleno da sociedade;
7. Ter capacidade de educar a comunidade visando o desenvolvimento coletivo.
8. Ter capacidade de liderança e trabalhar em equipe;
9. Ser versátil e dinâmico na condução de processos e na tomada de decisão;
10. Ser empreendedor;
11. Ser flexível, inovador e ousadia para quebrar paradigmas;
12. Apresentar conhecimento prático das funções empresariais;
13. Pensar estrategicamente e ter visão holística;
14. Ter Responsabilidade Social e primar pela Ética Profissional;
15. Ser comunicativo e ter controle emocional. (FACULDADE CEARENSE, 2009, p. 29).

3.1.3 A missão e a visão do curso de Administração da Faculdade Cearense

De acordo com o PPC o curso de Administração da Faculdade Cearense estabelece como missão:

Formar profissionais éticos, empreendedores e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com formação adequada às funções do profissional em Administração de Empresas, que saiba “*aprender a aprender*”, detenha visão sistêmica, conviva com equipes multidisciplinares, produza resultados efetivos e igualitários para as pessoas e empresas e promova ações internas e externas para criar sinergia entre os recursos organizacionais disponíveis e gerar processos eficazes. (FACULDADE CEARENSE, 2009, p. 29).

Em sua visão, o curso de Administração da Faculdade Cearense (2009, p. 29) vislumbra: “Ser reconhecido como referência na produção e disseminação de conhecimento científico para o desenvolvimento sócio-econômico-ambiental do Nordeste.”

3.1.4 Os objetivos do curso de Administração da Faculdade Cearense

Os objetivos do Curso de Administração da Faculdade Cearense corroboram com a concepção do curso, bem como com sua visão e missão.

Objetivo geral:

Formar um profissional com conhecimentos técnicos, humanísticos e histórico-sociais necessários ao entendimento, interpretação e intervenção na realidade econômica nacional e internacional, instrumentalizando-os com métodos, técnicas e recursos que possibilitem uma atuação ética, condigna e competente nas suas funções na área gerencial. (FACULDADE CEARENSE, 2009, p. 29).

Objetivos específicos:

- Qualificar profissionais de modo a contribuir com o desenvolvimento regional, formando um Administrador capaz de acompanhar, propor e participar das mudanças que ocorrem nas organizações, com competência, consciência ética e responsabilidade social.
- Desenvolver, de forma integrada, o ensino, a pesquisa e a extensão como instrumentos de aprendizagem e desenvolvimento.
- Realizar programas de integração com as diversas organizações, visando propiciar a aproximação na relação teoria-prática.
- Proporcionar ao acadêmico entendimento da dinâmica social, política, ambiental e econômica, bem como as implicações éticas e sociais da profissão.
- Proporcionar o conhecimento e domínio de técnicas que propiciem o adequado e racional funcionamento das organizações empresariais.
- Fomentar o processo do contínuo aperfeiçoamento do profissional;
- Explorar novos usos das técnicas para a eficácia organizacional.
- Desenvolver habilidades de empreendedorismo e profissionalismo.
- Promover a capacidade de atuar em equipes com visão holística, sistêmica e multidisciplinar.

- Desenvolver a capacidade de análise, pensamento crítico, comportamento criativo e de iniciativa, para as tomadas de decisões.
- Formar gestores autoconfiantes envolvidos em decisões e estratégias, para lidar e estabelecer vantagens competitivas num mercado globalizado.
- Planejar, organizar e supervisionar tarefas técnicas nos diversos
- setores das atividades de Administração. (FACULDADE CEARENSE, 2009, p. 29).

3.1.5 O perfil do egresso do curso de Administração da Faculdade Cearense

Objetivando a formação de profissionais proativos, dinâmicos, inovadores, empreendedores, críticos e que pautem sua prática diária nos princípios da consciência ética, política e responsabilidade social o Projeto Pedagógico do Curso de Administração delineia as principais habilidades e competências esperadas dos seus egressos:

- gerenciar empreendimentos públicos, privados ou do terceiro setor, atuando como gestor, assessor, consultor, pesquisador ou empreendedor;
- atuar no planejamento, implantação e gestão de empresas dos diversos segmentos econômicos;
- tomar decisões visando não somente aos resultados para a organização, mas seu impacto e consequência na sociedade;
- atuar de forma crítica, criativa, ética, socialmente responsável e capaz de adaptar-se às novas situações. (FACULDADE CEARENSE, 2009, p. 31).

3.1.6 Acompanhamento ao egresso

No item 2.7, Acompanhamento ao discente, letra (g), o PPC contempla a necessidade de acompanhamento aos egressos como um mecanismo de apoio e educação continuada para os graduados na instituição, verificando inclusive suas vivências e dificuldades profissionais, notadamente no que concerne à inserção no mercado de trabalho:

Usando modernas tecnologias de informação e comunicação, através do portal educacional, e com o suporte dos dados da pesquisa de satisfação dos formandos, o Programa pretende auxiliar na resolução de problemas profissionais cotidianos, colhendo dados e informações do mercado atual. A intenção é que todos os egressos participem dessa interação, construindo um espaço de desenvolvimento profissional e atualização científica. (FACULDADE CEARENSE, 2009, p. 48).

Atualmente, o acompanhamento aos egressos da Faculdade Cearense ocorre mediante a realização de contatos, sobretudo através de correio eletrônico,

onde são ofertadas também possibilidades para o ingresso destes nos cursos de pós-graduação da instituição.

3.2 Método de pesquisa

O foco principal desta pesquisa constitui-se na análise do nível de inserção no mercado de trabalho dos egressos do Curso de graduação em Administração, da Faculdade Cearense (FAC).

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa documental indireta (ARIBONI; PERITO, 2004) através de levantamento bibliográfico a partir da legislação vigente, publicações científicas sobre o assunto e pesquisas documentais nos setores competentes da Faculdade Cearense.

A segunda etapa da pesquisa ocorreu através da aplicação de um questionário semi-estruturado com os egressos dos cursos de Administração da Faculdade Cearense que concluíram a graduação em 2014.1, tendo como objetivos específicos traçar o perfil desses egressos como também identificar suas opiniões sobre o curso.

3.2.1 Natureza da pesquisa

Esta pesquisa tem um caráter analítico-descritivo de natureza quali-quantitativa. Segundo Ariboni e Perito (2004), a pesquisa descritiva propõe-se a descobrir, observar e interpretar fenômenos sem a interferência ou manipulação do pesquisador.

Considerando a sua natureza, a pesquisa científica pode ser classificada como qualitativa ou quantitativa, podendo também existir uma pesquisa de natureza híbrida, ou seja, quali-quantitativa. É importante destacar que tanto a pesquisa qualitativa como a quantitativa devem assumir um caráter complementar não podendo ser consideradas isoladamente, quando for o caso (HONORATO, 2004).

Segundo Bastos (2008), a abordagem qualitativa assume um caráter subjetivo e deve ser usada em uma população pequena cuja preocupação está centrada na abrangência e no aprofundamento das ações e relações humanas. Por outro lado, a abordagem quantitativa define uma população em que se busca uma

representatividade numérica. Assim sendo, o resultado obtido revela as características do grupo pesquisado.

3.2.2 Universo e amostra

De acordo com Lakatos e Marconi (2009, p. 112) “[...] o universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum.” Ainda segundo as autoras, a delimitação do universo identifica as pessoas, coisas ou fenômenos a serem pesquisados em suas características comuns, a saber: sexo, faixa etária, estado civil, perfil socioeconômico, etc. Já para Vergara (2009, p. 46), a população consiste em [...] um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem características que serão objeto de estudo”.

Assim, o universo desta pesquisa está representado por 86 alunos do curso de Administração da Faculdade Cearense que concluíram a graduação em 2014.1. É importante ressaltar que, desde a realização do primeiro vestibular até o presente, 194 estudantes já concluíram a graduação no curso de Administração desta faculdade. A escolha deste universo deveu-se a dois fatores: o primeiro, diz respeito ao pesquisador pertencer ao quadro de docentes deste curso; e o segundo, diz respeito à dificuldade de localização e contato com a totalidade dos egressos do curso para a consequente obtenção de informações.

Entretanto, a dificuldade em localizar e contatar todos os egressos do referido curso não inviabiliza a possibilidade do desenvolvimento, *a posteriori*, de mecanismos de pesquisa que permitam a realização de estudos futuros com todos os egressos do curso, desde as primeiras turmas que obtiveram seus respectivos diplomas de graduação.

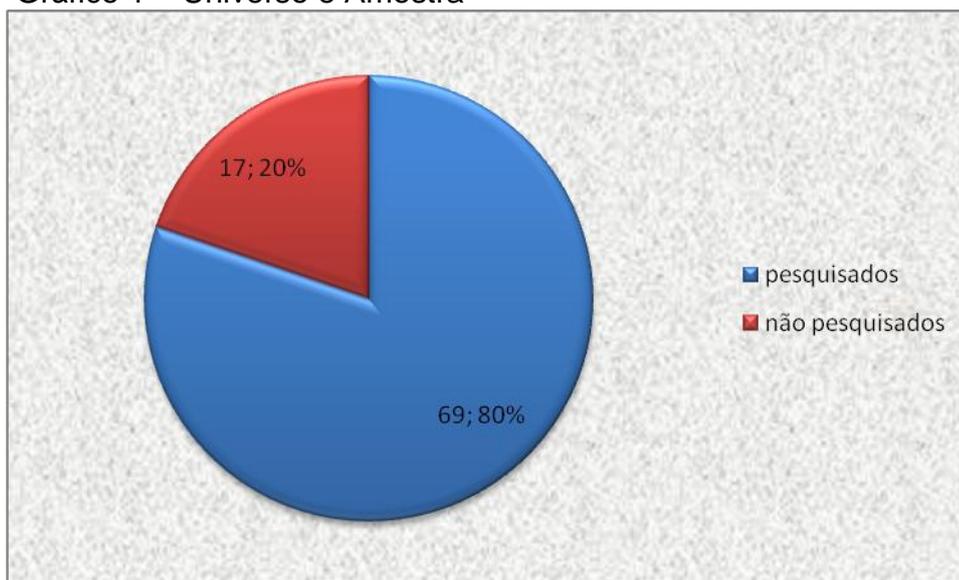
Além do mais, vale destacar que a pesquisa aqui apresentada busca contribuir de forma significativa para a obtenção de dados relevantes sobre a inserção dos egressos do curso de Administração no mercado de trabalho.

Citando ainda Lakatos e Marconi (2009, p. 112), a amostra é um subconjunto do universo (população) constituindo-se numa porção ou parcela selecionada dentro deste universo. Dentre os 86 alunos concludentes do curso de Administração em 2014.1 foi pesquisada uma amostra de 69 concludentes, representando 80% do universo. A amostra foi definida mediante a facilidade de

acesso aos respondentes para a aplicação do questionário. Segundo Vergara (2007, p. 46), dentro do universo, esta amostra é considerada como não probabilística por acessibilidade, pois [...] “seleciona elementos pela facilidade de acesso a eles”.

O Gráfico 1, a seguir, representa o Universo e Amostra da pesquisa.

Gráfico 1 – Universo e Amostra



Fonte: Pesquisa direta.

3.2.3 Instrumento usado na investigação

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 201), “[...] questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.”

Como instrumento de pesquisa foi usado um questionário composto por sete dimensões ou macrocampos, a saber: 1. Curso; 2. Aluno; 3. Situação Profissional Antes de Concluir o Curso; 4. Situação Profissional Depois de Concluir o Curso; 5. Situação Profissional Atual (Empregado); 6. Situação Profissional Atual (Desempregado); e, 7. Expectativas e Benefícios do Curso.

Estes macrocampos foram, por sua vez, subdivididos em microcampos, objetivando verificar a inserção dos egressos no mercado de trabalho, traçar um perfil do respondente durante e após a conclusão do curso, como também, identificar suas opiniões sobre o curso.

No macrocampo 1. Curso, buscou-se enfatizar a análise sobre aspectos como: tempo de conclusão do curso. No macrocampo 2. Aluno, buscou-se analisar

aspectos como: gênero; estado civil; média de idade de conclusão do curso. Nos macrocampo 3. Situação Profissional Antes de Concluir o Curso, e 4. Situação Profissional Depois de Concluir o Curso. Nestes microcampos, a análise concentra-se na situação profissional quanto à empregabilidade antes e após a conclusão do curso e na variação da renda entre o início e após a conclusão do curso. Estes macrocampos permitem também a identificação do setor econômico em que o egresso atuou/atua antes e depois da conclusão do curso.

O macrocampo 5. Situação Profissional Atual (Empregado), além da análise sobre a renda atual do egresso buscou-se evidenciar aspectos como o setor econômico em que o respondente atua; a valorização do curso de Administração pelos empregadores, bem como a relação do curso com o trabalho principal.

O macrocampo 6. Situação Profissional Atual (Desempregado), permite analisar a situação daquele respondente que se encontrava fora do mercado de trabalho após concluir o curso.

O macrocampo 7. Expectativas e Benefícios do Curso, possibilita uma análise descritiva apurada sobre os seguintes aspectos: O que lhe motivou a fazer o curso? O curso lhe deu condição para obter o que queria? De que modo o curso está lhe ajudando no desempenho do seu trabalho? De modo geral, o que você achou do curso? Você recomendaria o curso aos seus amigos e familiares? Que curso de especialização você gostaria de fazer?

3.2.4 Procedimento para coleta dos dados

Os dados foram coletados mediante aplicação de um questionário, com a autorização da Direção da Faculdade Cearense, a aquiescência e a colaboração da Coordenação do Curso de Administração. Segundo Vergara, (2009, p. 52) [...] “O questionário caracteriza-se por uma série de questões apresentadas ao respondente, por escrito”. Ainda de acordo com a autora, o questionário pode ser aberto, semi-estruturado ou não estruturado; ou ainda, fechado, estruturado.

Nesta pesquisa, optou-se por um questionário semi-estruturado.

O questionário foi aplicado em duas salas de aula, salas ADM82 e ADM106, com estudantes concludentes do 8º semestre, que corresponde ao último semestre para a conclusão da graduação em Administração. O Curso de Administração da Faculdade Cearense funciona exclusivamente no turno noturno.

Cada sala era composta respectivamente por 42 e 44 alunos, totalizando 86 concludentes. Os alunos presentes responderam ao questionário sem a interferência do pesquisador.

Após a coleta, os dados foram tabulados e apresentados em forma de gráficos para análise e interpretação dos resultados obtidos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir serão apresentados, através de gráficos, os resultados obtidos a partir da coleta de dados com as respectivas análises. Estas análises foram divididas em duas partes, a saber: perfil dos egressos e opiniões dos egressos sobre o curso.

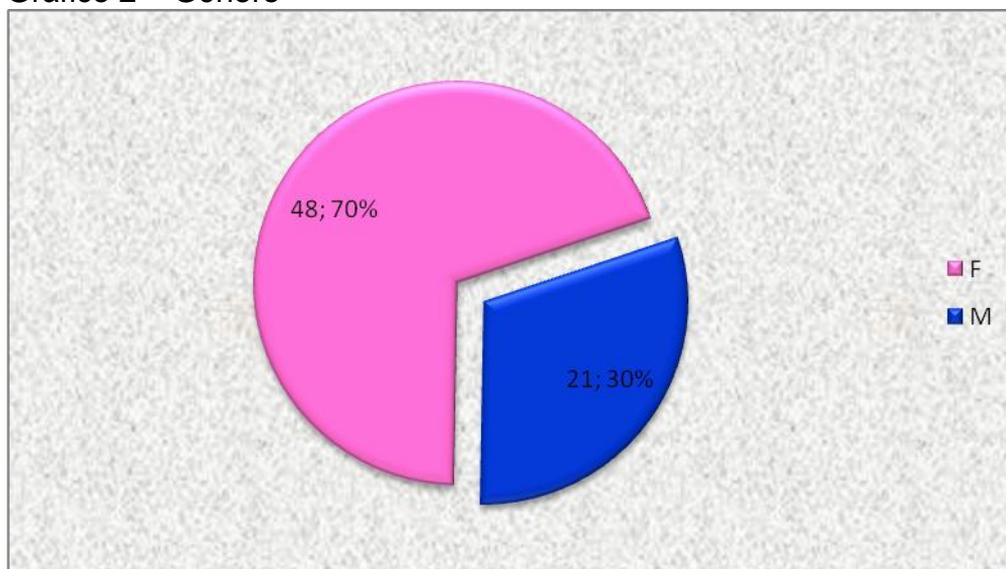
4.1 Perfil dos egressos

O perfil dos egressos foi construído a partir da tabulação das respostas dadas aos Macrocampos 1, 2 e 3 do Questionário.

Inicialmente identificamos que a média de idade dos respondentes é de 28,7 anos.

No Gráfico 2, abaixo, constam informações sobre o gênero dos respondentes.

Gráfico 2 – Gênero



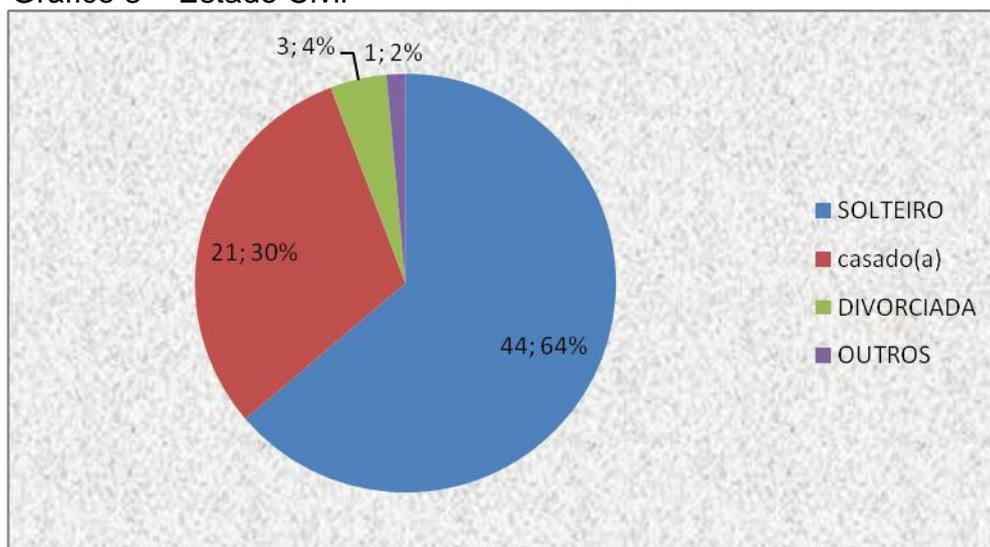
Fonte: Pesquisa direta.

Dentre os 69 respondentes identificam-se 48 pertencentes ao gênero feminino (70% da amostra) e 21 pertencentes ao gênero masculino (30% da amostra). Num primeiro plano observa-se que, nesta amostra em particular, o número de estudantes do gênero feminino que estão concluindo o curso de

Administração da Faculdade Cearense é bastante superior ao número de estudantes do gênero masculino.

No Gráfico 3: Estado Civil, abaixo, constam informações sobre o estado civil dos respondentes.

Gráfico 3 – Estado Civil

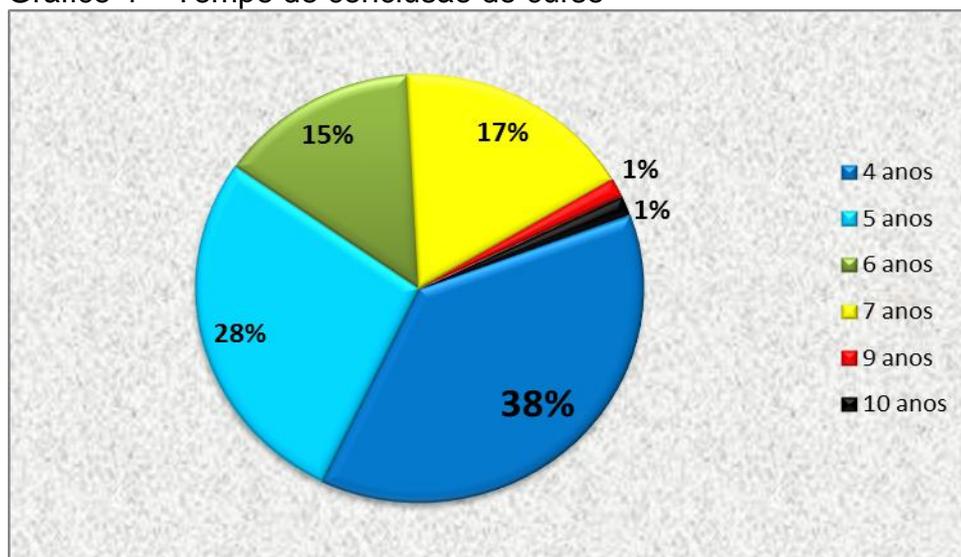


Fonte: Pesquisa direta.

Em relação ao estado civil dos egressos do curso de Administração observou-se que quarenta e quatro respondentes são solteiros (64%), vinte e um são casados (30%), três são divorciados (4%), e um informou outro tipo de estado civil (2%). Este gráfico permite concluir que a maioria dos egressos é composta por pessoas solteiras.

Em seguida, os Gráficos 4 e 5: Tempo de Permanência no curso por gênero em anos, revelam respectivamente em quantos anos, em média, os estudantes concluem sua graduação possibilitando um comparativo entre os gêneros masculino e feminino. O Gráfico 4 apresenta os dados em percentuais considerando o total da amostra, enquanto o Gráfico 5 permite uma análise em percentuais por gênero.

Gráfico 4 – Tempo de conclusão do curso



Fonte: Pesquisa direta.

Percebe-se claramente, neste gráfico, que a maioria dos respondentes (38%) concluiu o curso no tempo previsto que é de quatro anos ou oito semestres. Já 28% concluíram o curso em cinco anos. 15% concluíram o curso em seis anos e, 17%, em 7 anos. 1% dos respondentes informou ter concluído o curso em 9 anos e o mesmo percentual em 10 anos.

Gráfico 5 – Tempo de permanência no curso por gênero em anos.



Fonte: Pesquisa direta.

Conforme os dados apresentados no Gráfico 5, o percentual de respondentes do gênero masculino (42,9%) que concluiu o curso em quatro anos supera o percentual de respondentes do gênero feminino (35,4%).

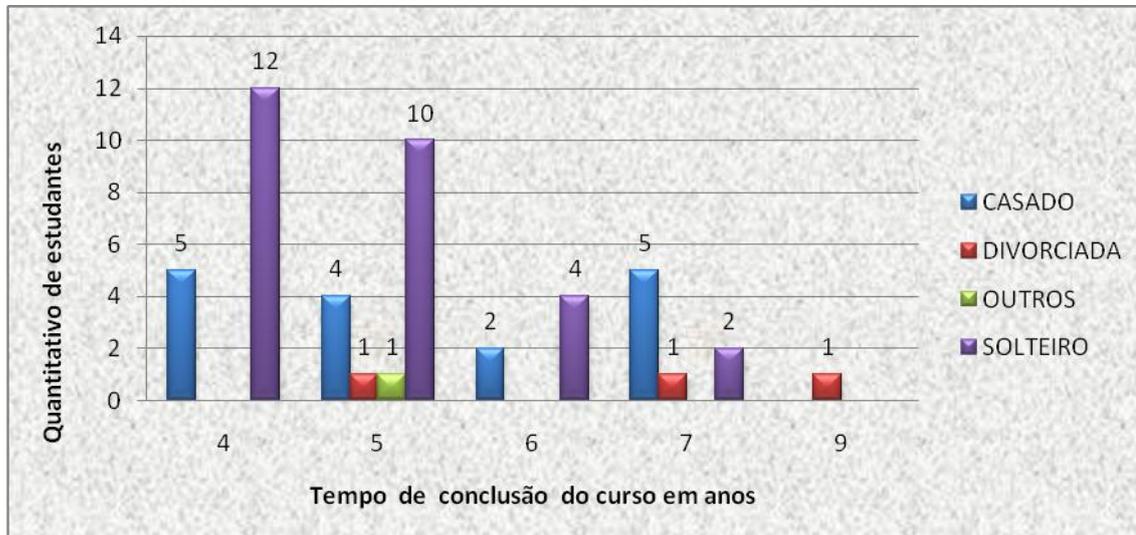
Para a conclusão da graduação em cinco anos, o percentual de respondentes do gênero feminino supera o gênero masculino. Dentro da amostra pesquisada 33,3% das mulheres concluíram o curso neste período. Apenas 14,3% dos homens conseguiram concluir o curso na mesma quantidade de tempo.

Para a conclusão do curso em seis anos, os homens (19%) superam as mulheres (12,5%). O mesmo fato ocorre para a conclusão do curso em sete anos, correspondendo a 16,7% das mulheres e 19% dos homens que concluíram o curso nesse intervalo de tempo.

É possível observar também que apenas 2,1% do gênero feminino (uma mulher) concluiu o curso em nove anos e 4,8% do gênero masculino (um homem) concluiu o curso em dez anos.

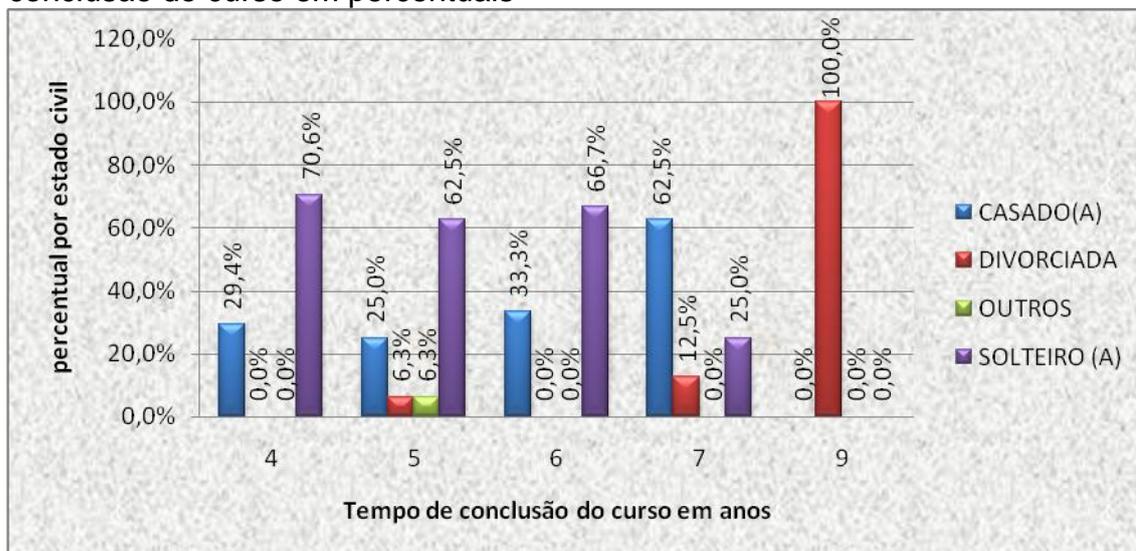
Os Gráficos 6 e 7, abaixo demonstram a influência do estado civil do gênero feminino no tempo de conclusão do curso em números absolutos e em percentuais respectivamente.

Gráfico 6 – Influência do estado civil do gênero feminino no tempo de conclusão do curso



Fonte: Pesquisa direta.

Gráfico 7 – Influência do estado civil do gênero feminino no tempo de conclusão do curso em percentuais



Fonte: Pesquisa direta.

Observa-se que, tanto em valores absolutos como em percentuais, o número de mulheres solteiras (12) que concluíram o curso em quatro anos supera o número de mulheres casadas (5), correspondendo a 29,4% casadas e 70,6% solteiras.

No que diz respeito às que concluíram o curso em cinco anos, constata-se o mesmo indicador: 62,5% são solteiras (10), enquanto somente 25% (4) são casadas. Percebe-se ainda que apenas 6,3% são divorciadas (1) e 6,3%(1), que informou pertencer a outro estado civil, concluiu o curso nesta quantidade de tempo.

Dentre as respondentes do gênero feminino que concluíram o curso em seis anos, 33,3% são casadas e 66,7% são solteiras.

Considerando o tempo de conclusão do curso num período de sete anos é possível observar que as casadas estão em maior número que as solteiras e divorciadas: 62,5% são casadas, 25,5% são solteiras e 12% são divorciadas.

Para a conclusão do curso em nove anos constata-se a existência de apenas uma respondente cujo estado civil informado foi divorciada.

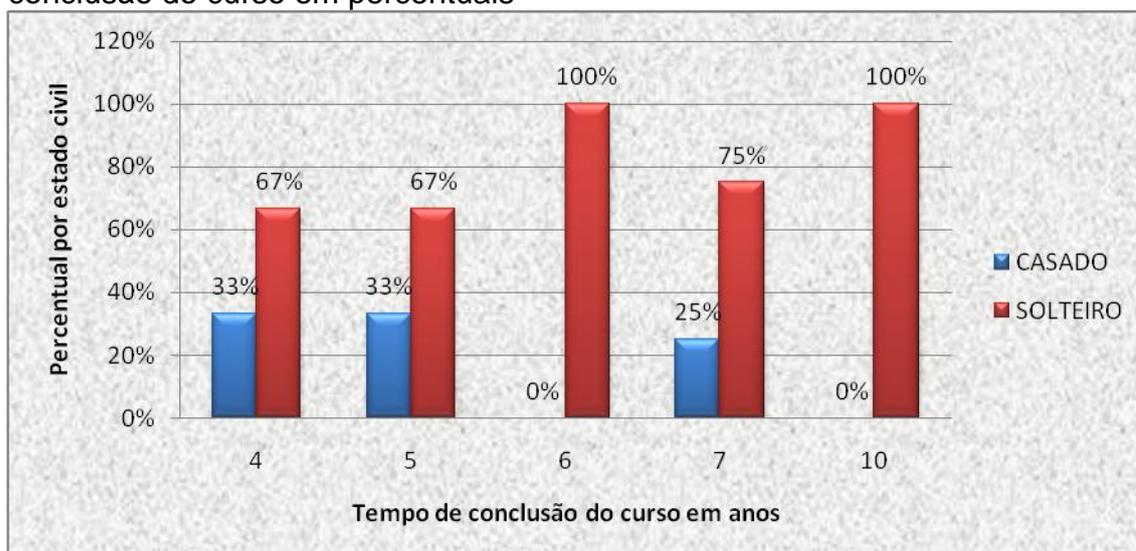
Logo abaixo, os Gráficos 8 e 9 permitem uma análise sobre Influência do estado civil do gênero masculino no tempo de conclusão do curso, também em valores absolutos e em percentuais.

Gráfico 8 – Influência do estado civil do gênero masculino no tempo de conclusão do curso



Fonte: Pesquisa direta.

Gráfico 9 – Influência do estado civil do gênero masculino no tempo de conclusão do curso em percentuais



Fonte: Pesquisa direta.

Analisando estes gráficos constata-se que dentre aqueles que concluíram o curso em quatro anos 67% são solteiros e apenas 33% são casados. Estes mesmos percentuais repetem-se dentre aqueles que concluíram o curso em cinco anos.

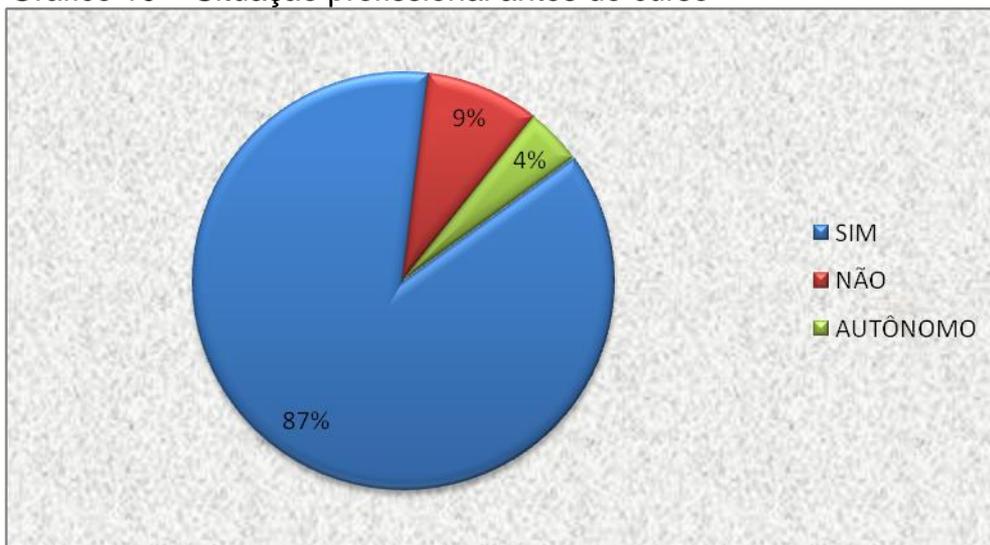
Em seis anos, todos os que concluíram o curso são solteiros.

Dentre aqueles que concluíram o curso em sete anos, 25% são casados e 75% são solteiros.

Para a conclusão do curso em dez anos foi identificado apenas um respondente que informou ser solteiro.

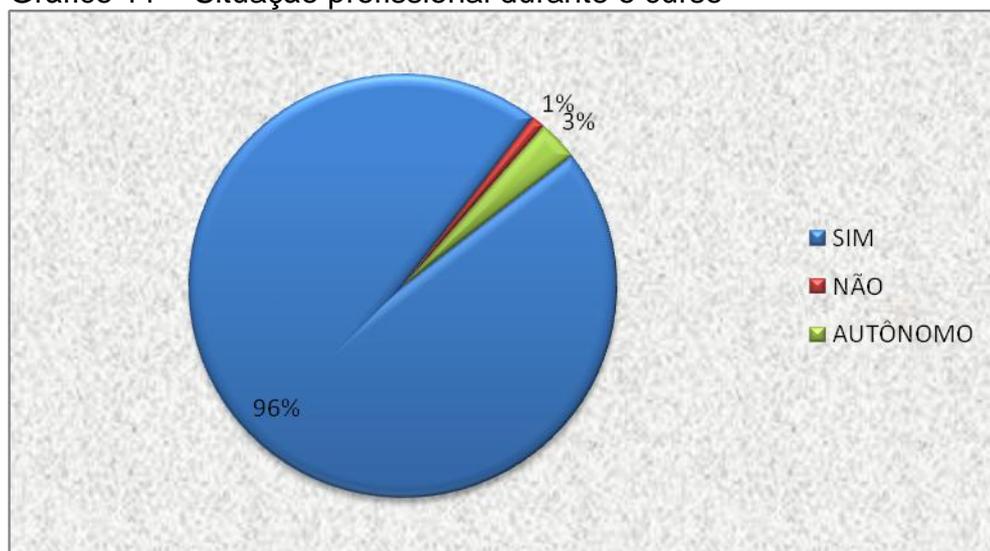
Os Gráficos 10, 11 e 12, na sequência abaixo, permitem uma análise sobre a situação profissional dos respondentes em relação a emprego, antes, durante e após a conclusão do curso.

Gráfico 10 – Situação profissional antes do curso



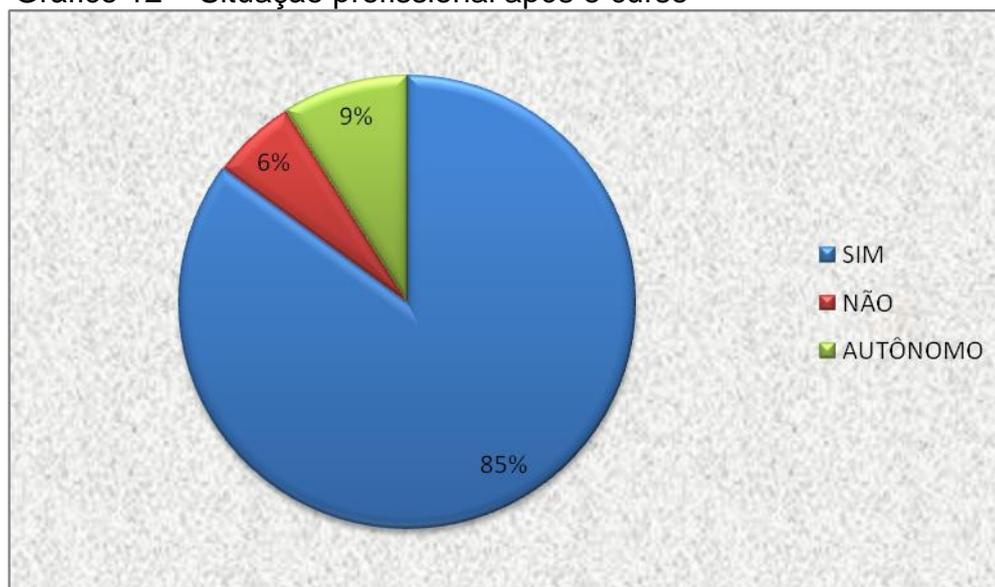
Fonte: Pesquisa direta.

Gráfico 11 – Situação profissional durante o curso



Fonte: Pesquisa direta.

Gráfico 12 – Situação profissional após o curso



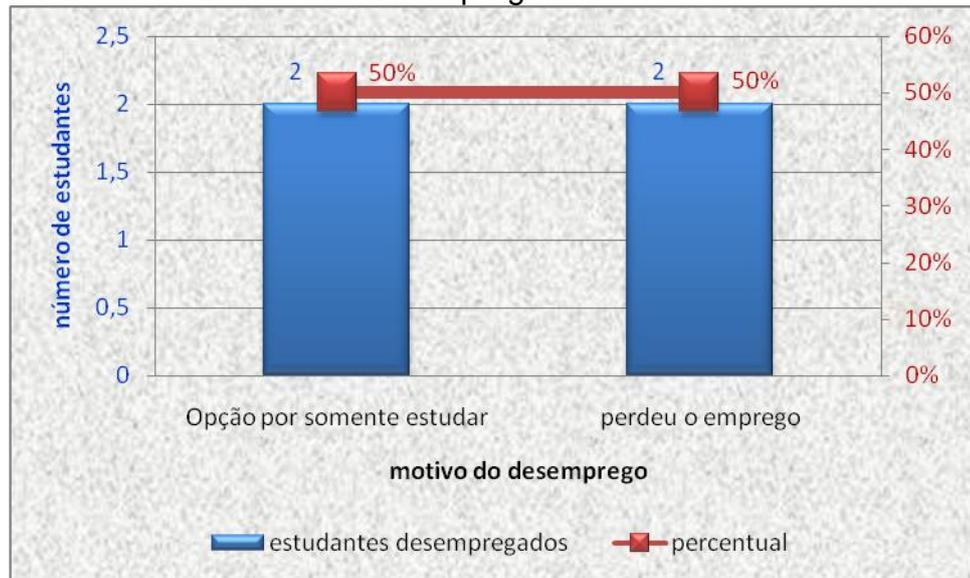
Fonte: Pesquisa direta.

Analisando os três gráficos constata-se que o percentual de empregados, dentre os respondentes, antes do curso era de 87%. Durante o curso este percentual atingiu 96% e, após a conclusão do curso, caiu para 85%. Em contrapartida, o percentual de não empregados (leia-se: desempregados) que era de 9% antes do curso decresceu para apenas 1% durante o curso e, após a conclusão do curso, atingiu 6%.

No que concerne ao percentual de autônomos, percebe-se que antes do curso era de 4%. Durante o curso decresceu para 3% e após o curso elevou-se para 9%.

Logo a seguir, o Gráfico 13: Estudantes desempregados, revela os motivos pelos quais 6% dos respondentes permaneceram desempregados após o final do curso.

Gráfico 13 – Estudantes desempregados

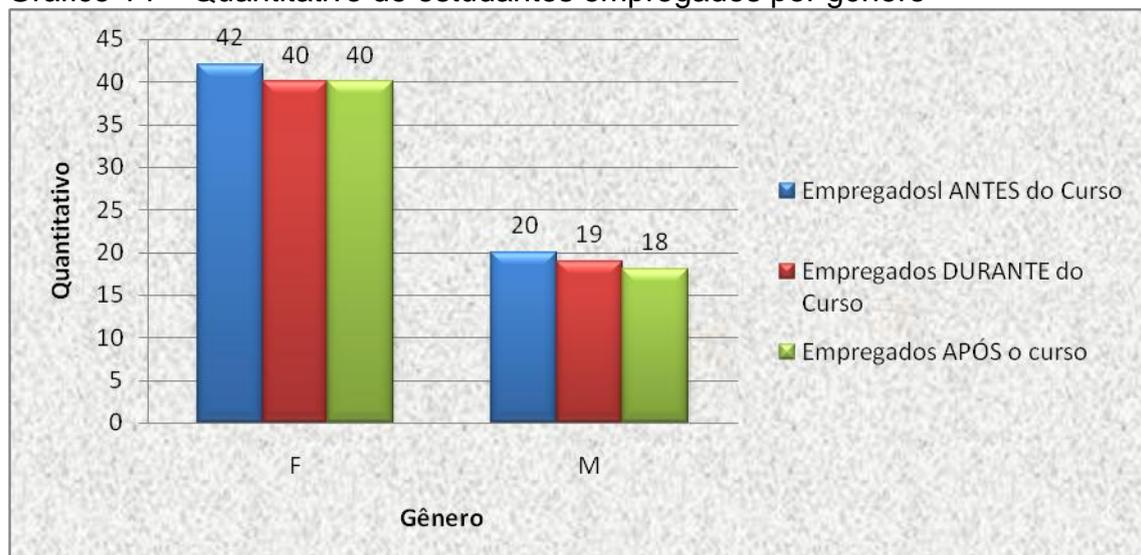


Fonte: Pesquisa direta.

Constata-se neste gráfico que, dentre os desempregados (6%), 50% dos respondentes optaram por somente estudar e os outros 50% perderam o emprego após o final do curso.

No Gráfico 14: Quantitativo de estudantes empregados por gênero, abaixo, é possível identificar o comportamento dos respondentes, por gênero e em relação ao emprego, antes, durante e após o curso.

Gráfico 14 – Quantitativo de estudantes empregados por gênero

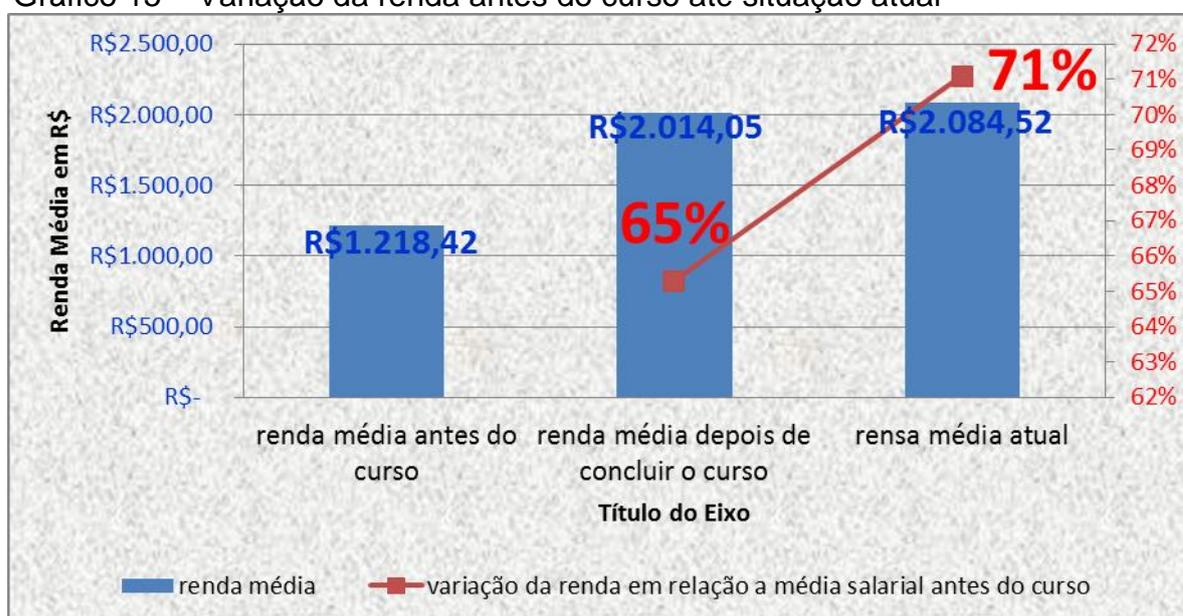


Fonte: Pesquisa direta.

O Gráfico 14 revela que 60,8% das respondentes pertencentes ao gênero feminino encontravam-se empregadas antes do curso (42 mulheres). Durante e após o curso este percentual decresceu para 57,9% (40 mulheres). Já no que se refere aos respondentes do gênero masculino 28,9% encontravam-se empregados (20 homens) antes do curso. Durante o curso este percentual decresceu para 27,5% (19 homens) e, após o curso, decresceu para 26% equivalendo a 18 homens.

No Gráfico 15, a seguir, é possível analisar a variação da renda média dos respondentes antes de ingressarem no curso até a situação atual.

Gráfico 15 – Variação da renda antes do curso até situação atual

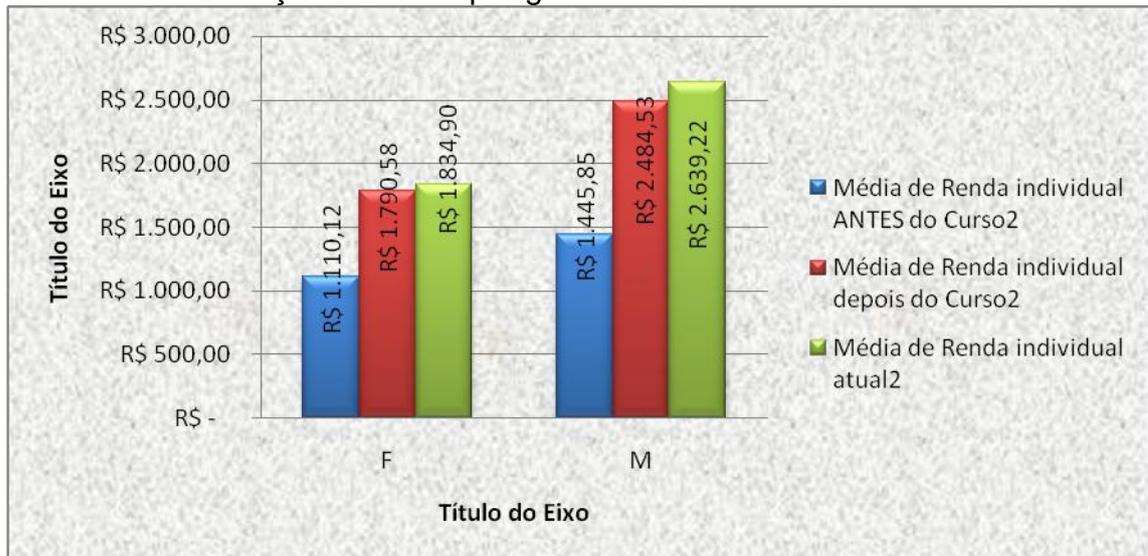


Fonte: Pesquisa direta.

Este gráfico permite constatar que a renda média dos respondentes no período de antes de ingressarem no curso até depois de concluírem o curso elevou-se em 65%. E, no período entre a conclusão do curso até a atualidade, elevou-se em seis pontos percentuais, atingindo 71%.

Já o Gráfico 16: Evolução da renda por gênero, a seguir, ratifica os resultados demonstrados no gráfico anterior revelando que tanto para o gênero masculino como para o gênero feminino houve uma evolução objetiva, em cifras (R\$), da renda individual dos respondentes nos períodos que correspondem a antes do curso, depois do curso e na atualidade.

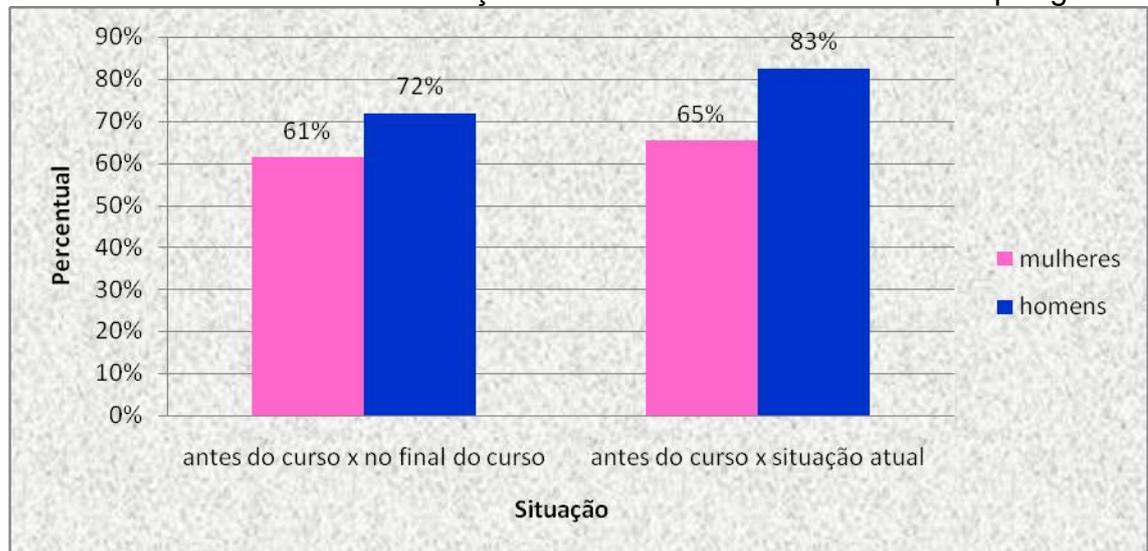
Gráfico 16 – Evolução da renda por gênero



Fonte: Pesquisa direta.

A seguir, o Gráfico 17: demonstra o percentual de elevação da renda média dos estudantes por gênero antes e após o final do curso.

Gráfico 17 – Percentual de elevação da renda média dos estudantes por gênero



Fonte: Pesquisa direta.

Este gráfico evidencia que a renda média dos respondentes do gênero feminino evoluiu em 61% no intervalo de tempo que compreende o período anterior ao ingresso no curso até o final do curso. Nesse mesmo período a renda média dos respondentes do gênero masculino evoluiu 72%.

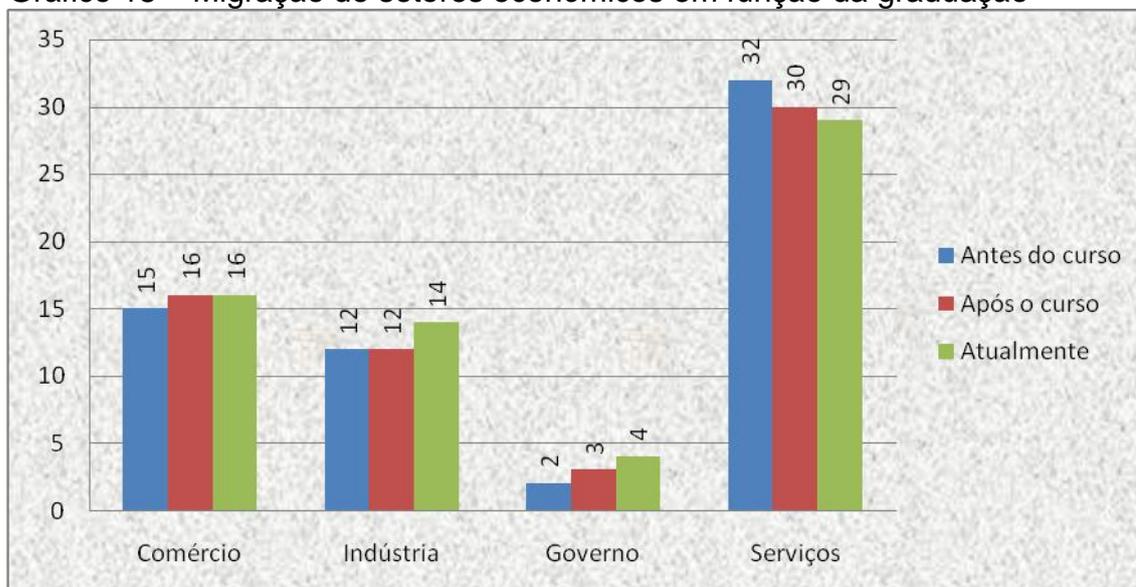
Comparando a evolução da renda média anterior ao ingresso no curso com a renda média atual do gênero feminino atualmente percebe-se que esta

evoluiu em 65%. Ou seja, a renda média do gênero feminino evoluiu 4 pontos percentuais entre o início do curso e a situação atual.

Fazendo também um comparativo da evolução da renda média do gênero masculino no período anterior ao ingresso no curso com a renda média atual percebe-se que esta evoluiu em 83%. Isto quer dizer que a renda média do gênero masculino evoluiu 11 pontos percentuais do período anterior ao ingresso no curso até a situação atual.

O Gráfico 18, abaixo, revela os resultados da pesquisa acerca da migração dos respondentes para os setores da economia antes do curso, após o curso e atualmente, em números absolutos.

Gráfico 18 – Migração de setores econômicos em função da graduação



Fonte: Pesquisa direta.

Constata-se neste gráfico que:

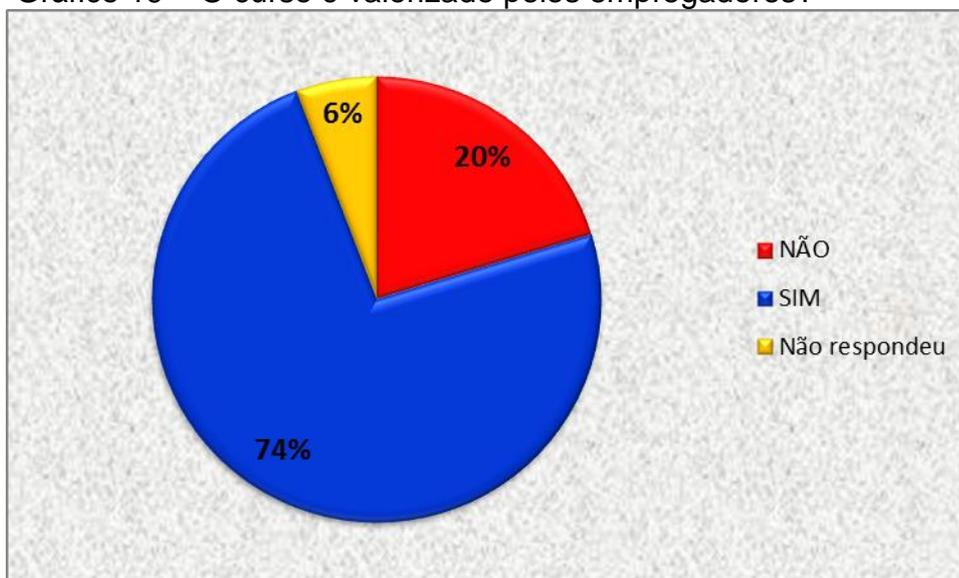
1. Houve uma migração discreta dos respondentes para o comércio após a graduação.
2. Houve uma migração um pouco mais acentuada dos respondentes para a indústria após a graduação.
3. Embora poucos estudantes informarem trabalhar para o governo, também a migração foi muito discreta após a graduação.
4. A maior parte dos respondentes demonstrou encontrar-se, ao longo do curso, no setor de serviços. Mas, houve um decréscimo de respondentes atuando neste setor após a graduação.

4.2 Opiniões dos egressos

As opiniões dos egressos foram tabuladas a partir das respostas dadas aos Macrocampos 4, 5, 6 e 7 do Questionário. Após a tabulação dessas respostas, foram construídos os gráficos abaixo.

O Gráfico 19, abaixo, revela o resultado da opinião dos respondentes acerca da valorização do curso pelos empregadores.

Gráfico 19 – O curso é valorizado pelos empregadores?

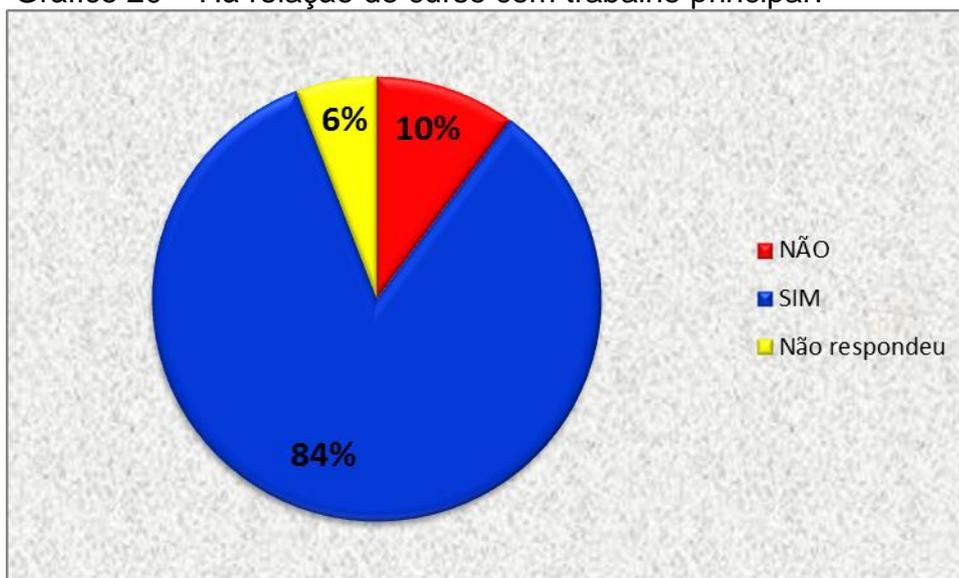


Fonte: Pesquisa direta.

Contata-se claramente que a maioria (74%) dos respondentes considera que o curso é valorizado pelos empregadores. Somente 20% consideram que o curso não é valorizado pelos empregadores e 6% não respondeu.

No gráfico 20, seguinte, identificam-se os resultados para a investigação sobre a existência de relação entre o curso de Administração e o trabalho dos respondentes.

Gráfico 20 – Há relação do curso com trabalho principal?

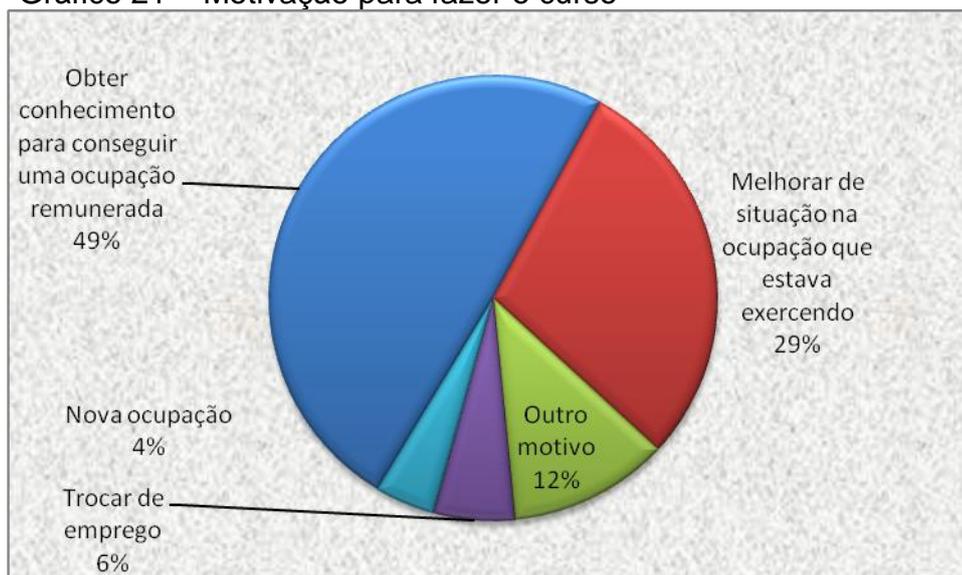


Fonte: Pesquisa direta.

Percebe-se que a maioria dos respondentes (84%) revelou existir relação entre o curso em que se graduaram e o seu trabalho. Dentre estes, apenas 10% revelaram não existir relação entre o curso de graduação e o seu trabalho. 6% não responderam.

O Gráfico 21, a seguir, revela os dados coletados acerca motivação para fazer o curso.

Gráfico 21 – Motivação para fazer o curso

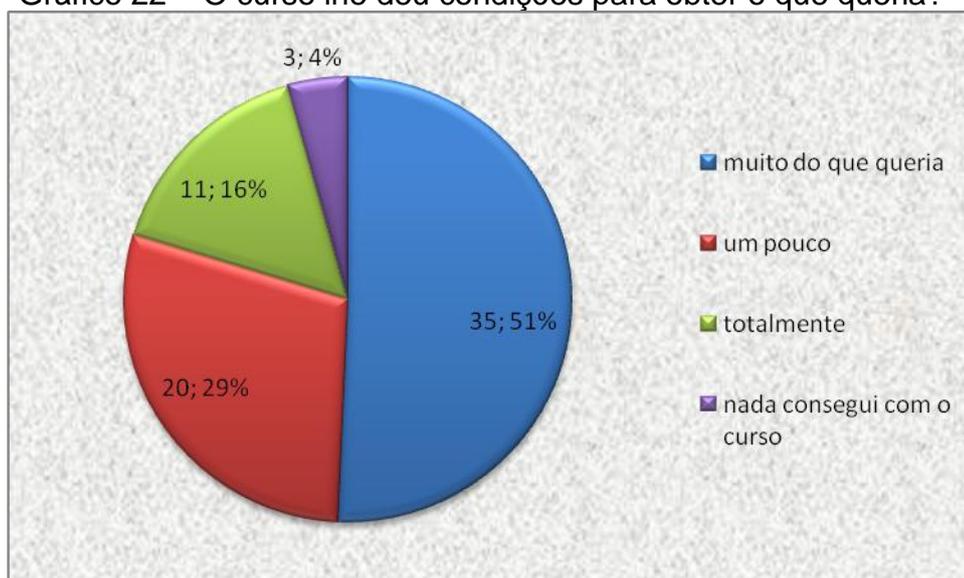


Fonte: Pesquisa direta.

Constata-se a partir deste gráfico que 49% dos respondentes buscaram o curso de Administração da Faculdade Cearense motivados em obter um conhecimento específico e, como consequência, um emprego. 29% buscaram melhorar a situação na ocupação que estava exercendo. Este indicador pode ser entendido tanto como qualificar-se para o trabalho em exercício como melhorar a condição salarial através de uma ascensão funcional. 12% responderam outro motivo. Mas não revelaram qual. O Questionário também não buscava esta informação especificamente. 6% buscaram trocar de emprego e 4% buscaram uma nova ocupação.

O Gráfico 22, seguinte, revela a satisfação dos respondentes sobre a obtenção dos seus interesses pessoais.

Gráfico 22 – O curso lhe deu condições para obter o que queria?

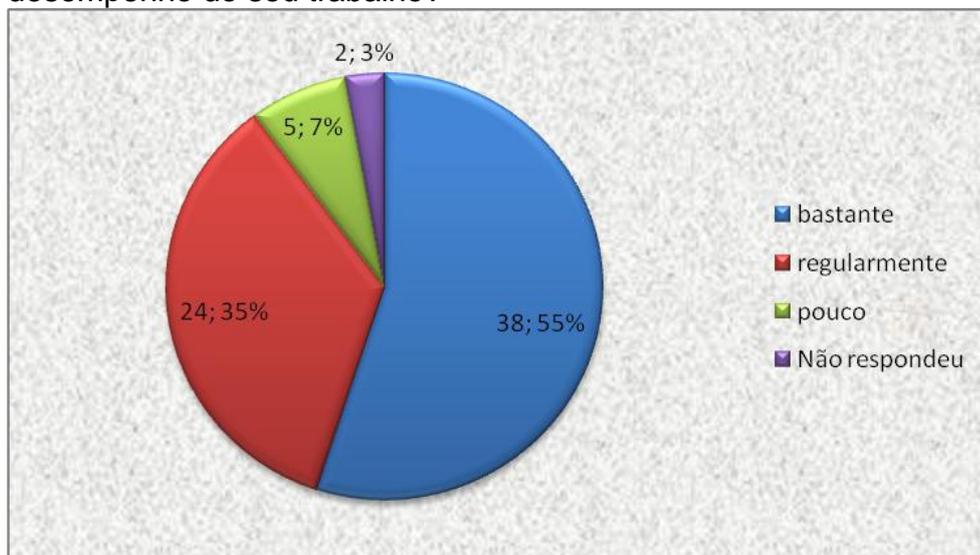


Fonte: Pesquisa direta.

Neste gráfico, percebe-se que 51% dos respondentes afirmaram que o curso lhes proporcionou muito do que queriam. 29% revelaram que o curso lhes proporcionou um pouco do que queriam. 11% afirmaram que o curso lhes proporcionou totalmente o que queriam. E, apenas 4%, afirmaram não ter conseguido nada com o curso.

A seguir, o Gráfico 23 apresenta os resultados para a pergunta: De que modo o curso está lhe ajudando no desempenho do seu trabalho?

Gráfico 23 – De que modo o curso está lhe ajudando no desempenho do seu trabalho?

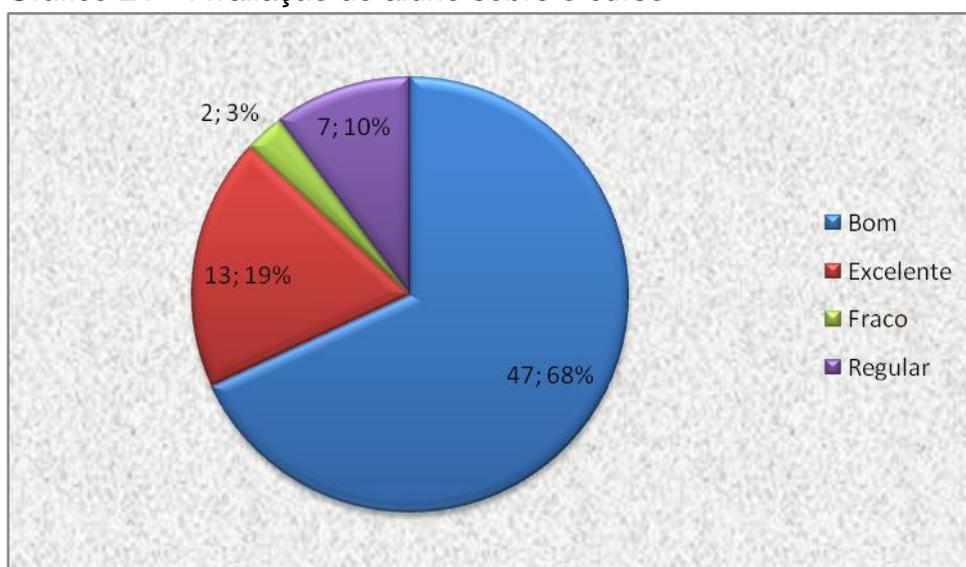


Fonte: Pesquisa direta.

Observa-se, através do gráfico, que 55% dos respondentes consideraram que o curso ajudou bastante no desempenho do seu trabalho. Já 35% consideraram essa ajuda como regular. Dentre os respondentes, 7% consideraram que o curso pouco está ajudando no desempenho do seu trabalho e 3% não responderam a esta questão.

A seguir, o Gráfico 24 demonstra os resultados sobre como os alunos egressos avaliam o curso.

Gráfico 24 – Avaliação do aluno sobre o curso

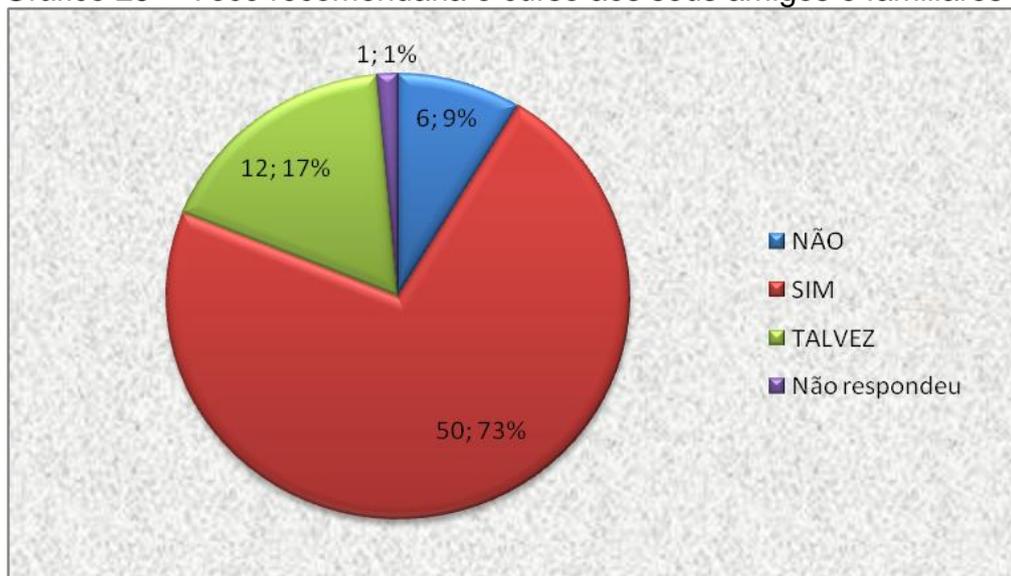


Fonte: Pesquisa direta.

Constata-se neste gráfico que 68% dos respondentes avaliaram o curso como bom, 19% como excelente, e 10% como regular. Apenas 3% dos respondentes avaliaram o curso como fraco.

O Gráfico 25, abaixo, revela os resultados obtidos através da pergunta: Você recomendaria o curso aos seus amigos e familiares?

Gráfico 25 – Você recomendaria o curso aos seus amigos e familiares?

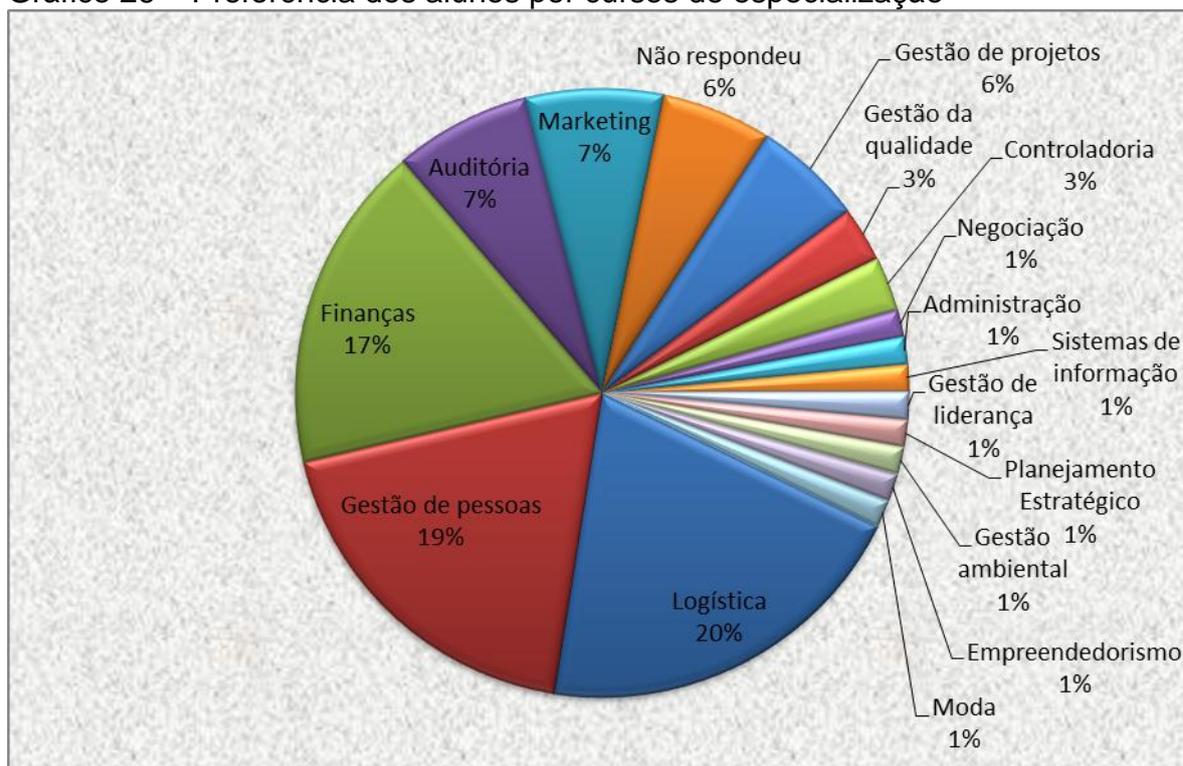


Fonte: Pesquisa direta.

Percebe-se claramente através deste gráfico que a maioria dos respondentes (73%), de acordo com suas respostas, recomendaria o curso para os amigos e familiares. Já 17% responderam que talvez, e 9%, responderam que não recomendariam o curso para seus amigos e familiares. Apenas 1% dos respondentes não se pronunciou sobre essa questão.

O Gráfico 26, a seguir, apresenta os resultados para a preferência dos respondentes por cursos de especialização.

Gráfico 26 – Preferência dos alunos por cursos de especialização



Fonte: Pesquisa direta.

Evidencia-se, neste gráfico, que os respondentes tem como preferência para uma especialização os seguintes cursos: Logística (20%), Gestão de Pessoas (19%), Finanças (17%). Auditoria e Marketing aparecem igualmente com 7% da preferência entre os respondentes. E 6% responderam preferir Gestão de Projetos.

Observa-se ainda que 6% deixaram de responder a este microcampo do questionário.

5 CONCLUSÕES

Os resultados obtidos através da aplicação do questionário com os egressos do curso de Administração da Faculdade Cearense revelam, a partir da análise dos gráficos apresentados, informações claras e distintas sobre os objetivos desta pesquisa.

Considerando o objetivo geral da pesquisa que foi verificar a eficácia da formação universitária através da análise da inserção laboral dos egressos do curso de Administração da Faculdade Cearense que se graduaram em 2014.1, e tomando por base os resultados obtidos, é possível responder que sim, a formação universitária foi eficaz para a inserção laboral dos egressos no estudo de caso apresentado. Esta conclusão inicial pode ser comprovada pelos argumentos expostos a seguir.

Inicialmente é importante ressaltar que:

1º O tempo mínimo necessário para a conclusão da graduação em Administração na Faculdade Cearense é de oito semestres ou quatro anos.

2º Segundo dados informados pela instituição pesquisada, há quatro anos, 120 estudantes distribuídos em duas turmas de 60 alunos cada, ingressavam - através de exame vestibular - no curso de Administração.

3º Em 2014.1, 86 estudantes concluíram sua graduação. Dentre os 86 graduados, 69 responderam ao questionário da pesquisa, equivalendo a 80% da amostra.

4º Desta amostra, 38% dos respondentes, que corresponde a 27 estudantes, informaram ter concluído o curso em quatro anos.

5º Considerando o número de 120 estudantes que iniciaram a graduação há quatro anos, constata-se que 21,85% concluíram o curso dentro do limite de tempo mínimo previsto.

Ademais, tomando por base os gráficos 10, 11 e 12, que revelam a situação profissional dos respondentes em relação a emprego antes, durante e após a conclusão do curso, pode-se concluir que:

1º O ingresso dos respondentes no curso de graduação em Administração possibilitou uma ampliação objetiva da inserção destes no mercado de trabalho, pois o percentual de empregados elevou-se de 87% para 96% durante a graduação.

2º Após a graduação o percentual de empregados caiu para 85%. Entretanto, o percentual de autônomos que era de 4% antes do curso elevou-se, após o curso, para 9%. Este indicador permite inferir que, possivelmente, um percentual de estudantes, após a graduação, tenha buscado desenvolver uma carreira empreendedora como autônomo. E isto faz parte do perfil profissiográfico do egresso (item 10. Ser empreendedor) estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso de Administração da faculdade pesquisada.

Como sugestão para os resultados apresentados nos Gráficos 10, 11 e 12, sobre a elevação do percentual de autônomos após o final do curso, indica-se que sejam investigadas as causas para este fenômeno.

3º O percentual de desempregados antes do curso era de 9%, durante o curso caiu para 1% e, após a conclusão do curso elevou-se novamente para 6%. Este indicador ratifica a tese de que o ingresso no curso de Administração possibilitou a ampliação de inserção dos respondentes no mercado de trabalho, pois a taxa de desempregados caiu de 9% (antes do curso) para 1% (durante o curso), atingindo 6%, após o curso.

4º É importante destacar que embora a taxa de desempregados tenha atingido o percentual de 6% após a conclusão do curso, esta não sofreu alteração significativa. Conforme demonstrado no Gráfico 13: Estudantes desempregados, constata-se que após a conclusão do curso apenas metade dos que ficaram fora do mercado de trabalho tiveram como motivo a perda de emprego já que a outra metade ficou desempregada por ter optado apenas por estudar. Conclui-se, portanto, que a taxa dos que perderam realmente o emprego após a conclusão do curso foi de 3%.

Na análise da situação de respondentes empregados por gênero, demonstrada no Gráfico 14, identifica-se uma queda discreta no percentual de empregados tanto no gênero feminino que caiu de 60,8% para 57,9%, como no gênero masculino, que caiu de 28,9% para 26%. Este fenômeno deve-se, possivelmente, ao fato que já foi demonstrado anteriormente nos gráficos alusivos à situação profissional em relação ao emprego: parte migrou para o percentual de autônomos ou para o percentual de desempregados.

Como sugestão de intervenção, indica-se que sejam investigadas as causas dessa queda do percentual de empregados por gênero após a conclusão do curso.

Sobre o primeiro dos objetivos específicos, que consiste em traçar o perfil dos egressos, evidencia-se inicialmente que a maioria dos respondentes concluiu o curso em quatro (38%) ou cinco (28%) anos.

Como já fora explicitado anteriormente, a média de idade dos respondentes nesta amostra é de 28,7 anos.

Pode-se concluir também que, dentro da amostra pesquisada, o percentual de respondentes do gênero feminino (70%) é maior que os respondentes do gênero masculino (30%), mas os homens são maioria (42,9%) em relação às mulheres (35,4%), dentre aqueles que concluíram o curso em quatro anos. Já as mulheres são maioria (33,4%) em relação aos homens (14,3%), dentre aqueles que concluíram o curso em cinco anos.

Levando em conta o estado civil dos respondentes, o percentual de solteiros (64%) que concluíram o curso é superior à soma de todos os outros respondentes pertencentes aos demais estados civis (36%) identificados na pesquisa: casado, divorciado e outros.

Fica evidente também que o percentual de mulheres solteiras (70,6%) supera o percentual de mulheres casadas (29,4%) dentre aquelas que concluíram o curso dentro do limite de tempo previsto para a graduação que é de quatro anos. O mesmo fenômeno é percebido em relação ao estado civil do gênero masculino: 67% são solteiros e apenas 33% são casados.

Considerando o tempo de conclusão do curso de graduação em um período de cinco anos, tanto no gênero feminino como no gênero masculino, constata-se que as mulheres solteiras (62,5%), assim como os homens solteiros (67%), também são maioria em relação às mulheres (25%) e homens (33%) casados.

Observando-se o tempo de conclusão do curso de graduação em um período de seis anos, constata-se que, no gênero feminino, 33,3% são casadas, enquanto 66,7% são solteiras. Por outro lado, no gênero masculino, todos os que concluíram a graduação neste mesmo período de tempo são solteiros.

Se for considerado o tempo de conclusão do curso em sete anos verifica-se que, no gênero feminino, as mulheres casadas (62,5%) são maioria enquanto, no gênero masculino, os homens solteiros (75%) são maioria.

Constata-se que, nesta amostra, as mulheres casadas levaram mais tempo para concluir o curso que as solteiras. Já os homens solteiros concluíram o curso em mais tempo que os casados.

As mulheres divorciadas concluíram o curso num intervalo de tempo compreendido entre cinco e nove anos. Portanto, as mulheres divorciadas levaram mais tempo que as solteiras e as casadas para concluir o curso.

Na amostra não foi identificado nenhum respondente do gênero masculino como divorciado.

Somente um homem solteiro concluiu o curso em dez anos.

Como sugestão de intervenção, indica-se que sejam investigadas as causas que levam as mulheres divorciadas a concluírem a graduação em uma quantidade de tempo superior às solteiras e divorciadas.

Sob o ponto de vista da variação média da renda dos respondentes conclui-se que a graduação em Administração contribuiu efetivamente para o aumento da renda tendo em vista que, de maneira geral, esta renda elevou-se em 65% no intervalo de tempo compreendido pelo período anterior até a conclusão do curso, e, em 71% no intervalo de tempo compreendido pelo período anterior ao curso até a situação atual. Considerando a evolução da renda sob o prisma do gênero também se percebe claramente a evolução da renda. No caso do gênero feminino, ao final do curso, a renda média já havia evoluído em 61% tendo avançado ainda mais se considerada a situação atual (65%). No caso do gênero masculino, ao final do curso, a renda média havia evoluído em 72% em relação ao início do curso, atingindo 83% até a situação atual. Conclui-se, portanto, que enquanto a renda média do gênero feminino – desde o final do curso até a situação atual – evoluiu em quatro pontos percentuais (de 61% para 65%), a renda média do gênero masculino dentro deste mesmo intervalo de tempo evoluiu em onze pontos percentuais (de 72% para 83%).

No que concerne à migração dos respondentes para os setores da economia antes, durante e após o curso conclui-se que houve uma distribuição discreta entre os respondentes que se deslocaram do setor de serviços para outros setores da economia. Conforme demonstrado no Gráfico 18: Migração de setores da economia em função da graduação, antes do curso havia uma concentração dos respondentes no setor de serviços (46%). Após o curso esse percentual caiu para 42%. Até o final da graduação percebe-se uma discreta distribuição desses

respondentes entre os setores do comércio (23%), indústria (20%) e no governo (6%).

No que se refere ao segundo objetivo específico, que consiste em identificar as opiniões dos respondentes após a conclusão do curso pode-se chegar às constatações abaixo descritas.

Conforme demonstrado no Gráfico 19, a maioria (74%) considera que o curso é valorizado pelos empregadores.

Sugere-se que sejam investigadas as causas que levaram 20% dos respondentes a afirmarem que o curso não é valorizado pelos empregadores.

São em maioria também (84%) aqueles que revelam existir uma relação entre o seu trabalho e a graduação em Administração. Ver o Gráfico 20.

Sugere-se que sejam investigadas as causas que levaram 10% dos respondentes a afirmarem não existir relação entre o curso e o seu trabalho principal.

Acerca da motivação dos respondentes para fazer o curso de Administração, Gráfico 21, conclui-se que a maioria (78%) foi motivada por dois fatores básicos, a saber:

1º A obtenção de conhecimentos para o exercício de uma ocupação remunerada (49%), ou seja, ingressar no mercado de trabalho.

2º A melhoria da situação na ocupação que estava exercendo (29%), ou seja, ascensão funcional.

3º Dentre os respondentes, 6% buscaram trocar de emprego e 4% buscaram uma nova ocupação. É importante ressaltar a diferença entre trocar de emprego e buscar uma nova ocupação. Aqueles que buscaram a troca de emprego vislumbraram melhorias profissionais em outros empregos, após ingressarem no curso de Administração, permanecendo ou não na mesma ocupação. Já aqueles que buscaram uma nova ocupação demonstram insatisfação com a ocupação e com o emprego anterior ao ingresso no curso.

Com relação à satisfação das expectativas dos respondentes com o curso, de acordo com o Gráfico 22: O curso lhe deu condições para obter o que queria?, conclui-se que a maioria (67%) dos respondentes obteve êxito nas suas expectativas, pois 51% revelaram ter realizado muito do que queriam e 16% revelaram ter realizado totalmente o que pretendiam. Este percentual fica mais elevado ainda se forem considerados aqueles que informaram ter conseguido um

pouco do que queriam (29%). Concluí-se, ainda, que um percentual mínimo (4%) demonstrou não ter conseguido nada do que queria após a graduação.

Sugere-se, como intervenção para este indicador, a busca das causas efetivas que levaram este percentual de 4% a não lograrem êxito nas suas pretensões como também investigar os motivos pelos quais 29% dos respondentes revelaram ter conseguido somente um pouco do que queriam.

Percebe-se um elevado nível de satisfação dos respondentes em relação à pergunta: de que modo o curso está lhe ajudando no desempenho do seu trabalho? (Gráfico 23). Pois, mais que a metade (55%) respondeu que o curso está ajudando bastante. Ainda assim, sugere-se que sejam investigadas as causas para que 35% tenham respondido que o curso está ajudando regularmente, e para que 7% terem informado que o curso pouco está ajudando.

Sobre a avaliação que os respondentes fazem do curso (Gráfico 24) é possível concluir que 87% avaliam positivamente o curso já que 19% consideraram como excelente (19%) e 68% consideraram como bom.

Entretanto, sugere-se que sejam investigadas as causas que levaram 10% dos respondentes a considerarem o curso como regular e 3% como fraco.

Relativamente à indicação do curso aos amigos e familiares dos respondentes (Gráfico 25), identifica-se mais um fator favorável ao curso e que demonstra o nível de satisfação dos respondentes, pois 73% responderam sim para esta questão.

Mas, faz-se necessário investigar as causas para o fato de 17% terem respondido que talvez, e 9% que não indicariam o curso para os seus amigos e familiares.

A respeito das preferências dos respondentes por curso de especialização (Gráfico 26), percebe-se claramente o interesse por três cursos, a saber: Logística (20%), Gestão de Pessoas (19%) e Finanças (17%).

Após a conclusão desta pesquisa e mediante os dados apresentados, sugere-se que seja implantado, na Faculdade Cearense, um mecanismo mais efetivo e, sobretudo sistemático, para o acompanhamento dos seus egressos. Uma das ações iniciais para essa sistematização poderia ser a criação de uma Coordenação para acompanhamento dos Egressos, não somente do curso de Administração como também dos demais cursos ofertados por esta instituição de ensino superior, como forma de fidelização da sua clientela.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Pedro Ernesto Tognolo de; JERÔNIMO, Natália Arantes; COTTA, Lucas Pires; DUTRA, Filipi Almeida; FALCE, Stefano Guimarães. **A importância do ensino à distância para a disseminação do conhecimento**. 2012. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br/scholar>>. Acesso em: 2 dez. 2012.

ARIBONI, Sandro; PERITO, Rose. **Guia prático para um projeto de pesquisa: exploratória – experimental – descritiva**. São Paulo: Unamarco, 2004.

BASTOS, Núbia Maria Garcia. **Introdução à metodologia do trabalho acadêmico**. Fortaleza: Nacional, 2008.

BRASIL. **Decreto Lei 5.800 de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004.../decreto/d5800.htm>. Acesso em: 2 set. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2005a. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_...2006/2005/decreto/D5622.htm>. Acesso em: 5 ago. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.096/97, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.../decreto/d6096.htm> Acesso em: 15 de out. de 2012.

BRASIL. **Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Técnico de Administração e a constituição ao Conselho Federal de Técnicos de Administração, de acordo com a Lei nº 4.769, de 9 de Setembro de 1965 e dá outras providências. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D61934.htm>. Acesso em: 8 dez. 2012.

BRASIL. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 6 set. 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras Providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10260.htm>. Acesso em: 2 de out. de 2012.

BRASIL. **Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências. Brasília, DF, 1965.

Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D61934.htm>. Acesso em: 8 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/.../lei/l10.861.htm>. Acesso em: 5 ago. 2012.

BRASIL. **Lei nº. 9394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 2 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Índice geral de cursos.** 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual dos Indicadores da Qualidade 2011.** 2011. Disponível em: <http://www.pr1.ufrj.br/index.php?option=com_docman&task...>. Acesso em: 12 jan. 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** São Paulo: Makron Books, 1996.

COSTA, Karla da Silva; FARIA, Geniana Guimarães. **Ead – sua origem histórica, evolução e atualidade brasileira face ao paradigma da educação presencial. Maio 2008.** Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008104927am.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2013.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Pesquisa sobre população com diploma universitário deixa o Brasil em último lugar.** 21.04.2011. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/04/21.htm>>. Acesso em: 2 maio 2011.

FACULDADE CEARENSE. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração.** Fortaleza, 2009.

HONORATO, Gilson. **Conhecendo o marketing.** São Paulo: Manole, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 5. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, D. **Reformas universitárias: avaliação institucional participativa.** Petrópolis: Vozes, 2005.

MENEGHEL, Stela M.; ROBL, Fabiane; SILVA, Tatiane T. Freitas da. A relação entre avaliação e regulação na Educação Superior: elementos para o debate. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 89-106, 2006.

MÜLLER, João Rosa. **Desenvolvimento de modelo de gestão aplicado à universidade, tendo por base o *Balanced Scorecard***. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

POLIDORI, Marlis Morosini. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, SINAES, IDD, CPC, IGC e outros índices. **Avaliação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 267-290, 2009.

POLIDORI, Marlis Morosini; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria; BARREYRO, Gladys Beatriz. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **ENSAIO: Avaliação de políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, 2006.

POLIDORI, Marlis Morosini; RETTL, Ana Maria de Mattos; MORAES, Mario Cesar Barreto; CASTRO, Maria Cristina Lima de. Políticas de Avaliação da Educação Superior Brasileira. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 253-278, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>. Acesso em: 2 out. 2012.

ROTHEN, José C.; BARREYRO, Gladys Beatriz. Expansão da educação superior no Brasil e avaliação institucional: um estudo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Avaliação**, Campo Grande-MS, n. 30, p. 167-181, jul./dez. 2010.

SANTOS, Fabiano Cunha dos. **UAB como política pública de democratização do ensino superior via EaD**. 2011. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/.../0184.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

SANTOS, João Francisco Severo. Avaliação no Ensino à Distância. **Revista Iberoamericana de Educação**, Santa Catarina, v. 38, n. 4, p.1-9, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.rioei.org/deloslectores/1372Severo.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

SILVA, L.R. Unesco: os quatro pilares da “educação pós-moderna. **Inter-Ação Rev. Fac. Educ. UFG**, Goiânia, v. 33, n. 2, p. 359-378 jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/download/.../4689>>. Acesso em: 9 dez. 2012.

TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W. B. Estou me formando... e agora? Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 47-62, 2004. Disponível em: <[http://www.fafich.ufmg.br/ ...revistada.../estou%20me%20formando%20e%...>. Acesso em: 8 dez. 2012.](http://www.fafich.ufmg.br/...revistada.../estou%20me%20formando%20e%...)

VERGARA, Silvy Constant. **Projetos e relatórios em pesquisa de administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS EGRESSOS DA GRADUAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE CEARENSE

Caro egresso,

Como aluno do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da UFC, solicito a sua contribuição para o desenvolvimento da pesquisa que fundamentará, em parte, minha dissertação.

Francisco Nazareno Matos Ribeiro

1. CURSO	
NOME DO CURSO	
INGRESSO (ANO/SEM)	
CONCLUSÃO (ANO/SEM)	
TURNOS	[MATUTINO / VESPERTINO / NOTURNO]

2. ALUNO	
NOME DO ALUNO	
MATRICULA	
SEXO	[MASCULINO / FEMININO]
ESTADO CIVIL	[SOLTEIRO / CASADO / DIVORCIADO / VIÚVO / OUTROS]
DATA DE NASCIMENTO	
ESCOLARIDADE ATUAL	[GRADUAÇÃO / ESPECIALIZAÇÃO / MESTRADO / DOUTORADO]

ESCOLARIDADE SITUAÇÃO	[CURSANDO / CONCLUÍDO]
EMAIL	
ENDEREÇO RESIDENCIAL	
ENDEREÇO COMERCIAL	
FONE PARA CONTATO	

Nesta pesquisa, as informações são confidenciais. Assim, é muito importante que o/a Sr.(a) seja sincero nas suas respostas, para que possamos ter um perfil de ex-alunos o mais verdadeiro possível.

Agora vamos iniciar as perguntas da nossa pesquisa...

3. SITUAÇÃO PROFISSIONAL ANTES DE CONCLUIR O CURSO	
EMPREGADO?	[SIM / NÃO / AUTÔNOMO]
SETOR ECONÔMICO	[INDÚSTRIA / COMÉRCIO / SERVIÇOS / GOVERNO]
RENDA INDIVIDUAL	
TRABALHAVA DURANTE O CURSO?	[SIM / NÃO]

4. SITUAÇÃO PROFISSIONAL DEPOIS DE CONCLUIR O CURSO	
EMPREGADO?	[SIM / NÃO / AUTÔNOMO]
SETOR ECONÔMICO	[INDÚSTRIA / COMÉRCIO / SERVIÇOS / GOVERNO]
RENDA INDIVIDUAL	

5. SITUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL (EMPREGADO)	
SETOR ECONÔMICO	[INDÚSTRIA / COMÉRCIO / SERVIÇOS / GOVERNO]
RENDA INDIVIDUAL	
O CURSO É VALORIZADO PELOS EMPREGADORES?	[SIM / NÃO]
HÁ RELAÇÃO DO CURSO COM O TRABALHO PRINCIPAL?	[SIM / NÃO]
(SE NÃO) QUAIS OS MOTIVOS PARA NÃO ESTAR TRABALHANDO NA ÁREA DO CURSO REALIZADO?	

6. SITUAÇÃO PROFISSIONAL ATUAL (DESEMPREGADO)	
QUAIS OS MOTIVOS PARA NÃO ESTAR TRABALHANDO?	
Somente estou estudando	<input type="checkbox"/>
Estou procurando o 1º emprego	<input type="checkbox"/>
Estou procurando emprego (já trabalhei antes)	<input type="checkbox"/>
Estou licenciado	<input type="checkbox"/>
Não estou precisando (ou não quero trabalhar)	<input type="checkbox"/>
Estou aguardando chamada para um trabalho	<input type="checkbox"/>
Estou aposentado	<input type="checkbox"/>
Outro motivo:	
PROCURA TRABALHO ATUALMENTE?	[SIM / NÃO]
PROCURA TRABALHO RELACIONADO AO CURSO?	[SIM / NÃO]
(SE NÃO) POR QUE NÃO PROCURA TRABALHO RELACIONADO AO CURSO?	
QUAL A PRINCIPAL DIFICULDADE PARA ENCONTRAR TRABALHO?	

7. EXPECTATIVAS E BENEFÍCIOS DO CURSO	
O QUE LHE MOTIVOU A FAZER O CURSO?	
Obter conhecimento para conseguir uma ocupação remunerada	<input type="checkbox"/>
Mudar de ocupação	<input type="checkbox"/>
Mudar de emprego	<input type="checkbox"/>
Melhorar de situação na ocupação que estava exercendo	<input type="checkbox"/>
Outro motivo:	
O CURSO LHE DEU CONDIÇÕES PARA OBTER O QUE QUERIA?	
Sim, totalmente	<input type="checkbox"/>
Sim, consegui muito do que queria	<input type="checkbox"/>
Sim, consegui um pouco	<input type="checkbox"/>
Não, nada consegui com o curso	<input type="checkbox"/>
DE QUE MODO O CURSO ESTÁ LHE AJUDANDO NO DESEMPENHO DO SEU TRABALHO?	
Ajudando bastante	<input type="checkbox"/>
Ajudando regularmente	<input type="checkbox"/>
Pouco ajudando	<input type="checkbox"/>
Nada ajudando	<input type="checkbox"/>
DE MODO GERAL, O QUE VOCÊ ACHOU DO CURSO?	
Excelente	<input type="checkbox"/>
Bom	<input type="checkbox"/>
Regular	<input type="checkbox"/>
Fraco	<input type="checkbox"/>
VOCÊ RECOMENDARIA O CURSO AOS SEUS AMIGOS E FAMILIARES?	[SIM / NÃO / TALVEZ]
QUE CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO VOCÊ GOSTARIA DE FAZER?	

Sua participação é muito valiosa para esta pesquisa.

Obrigado pela sua atenção e Boa noite.

8. ENTREVISTA (Dados coletados do sistema)	
FORMULÁRIO No.	
NOME DO PESQUISADOR (A)	
DATA DA ENTREVISTA	
HORA DO INÍCIO DA ENTREVISTA	
HORA DO FIM DA ENTREVISTA	